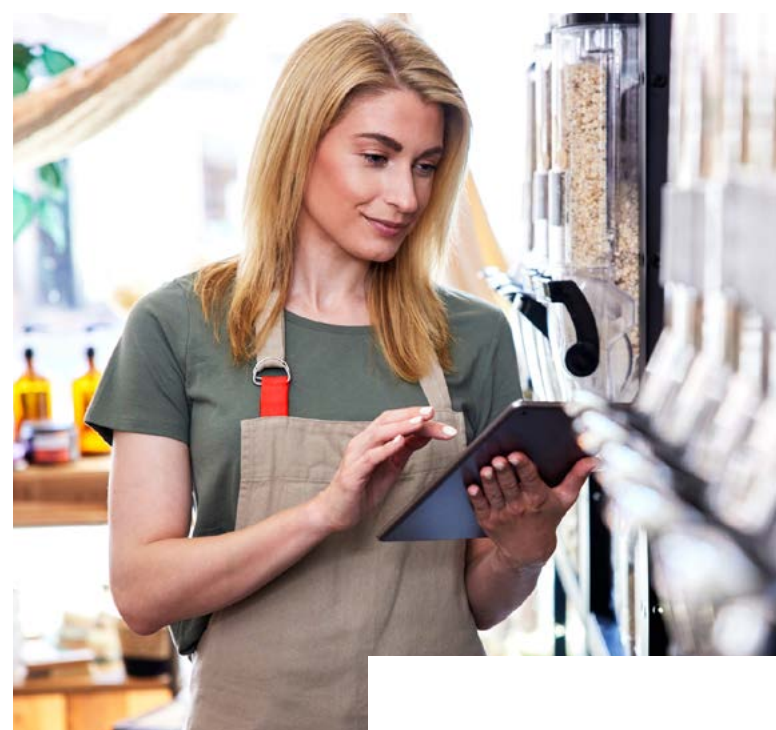




2022 RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE SANTANDER PORTUGAL –
COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Índice



01

**Órgãos
sociais**

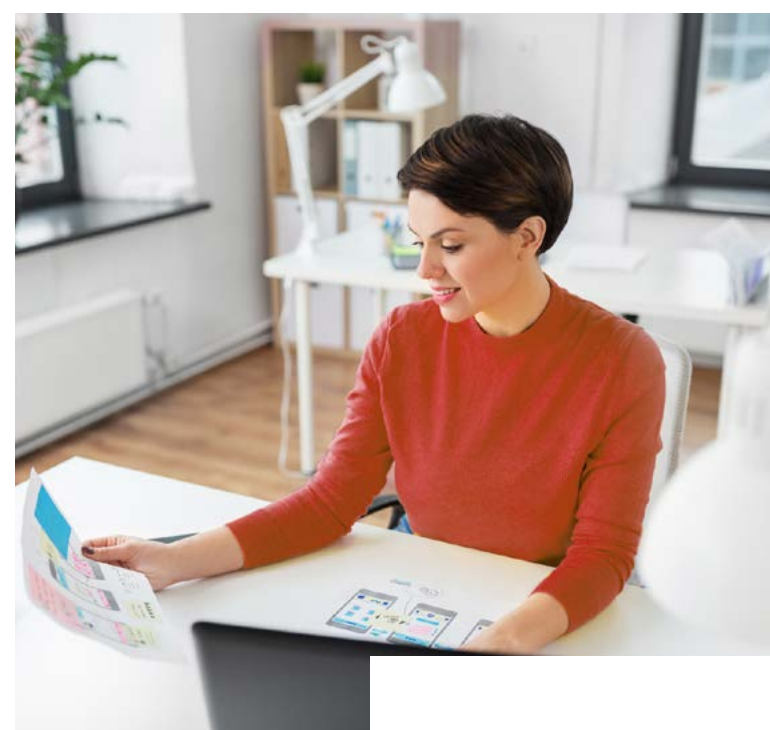
PÁG. 3



02

**Relatório
de gestão**

PÁG. 5



03

**Conta anuais
2022**

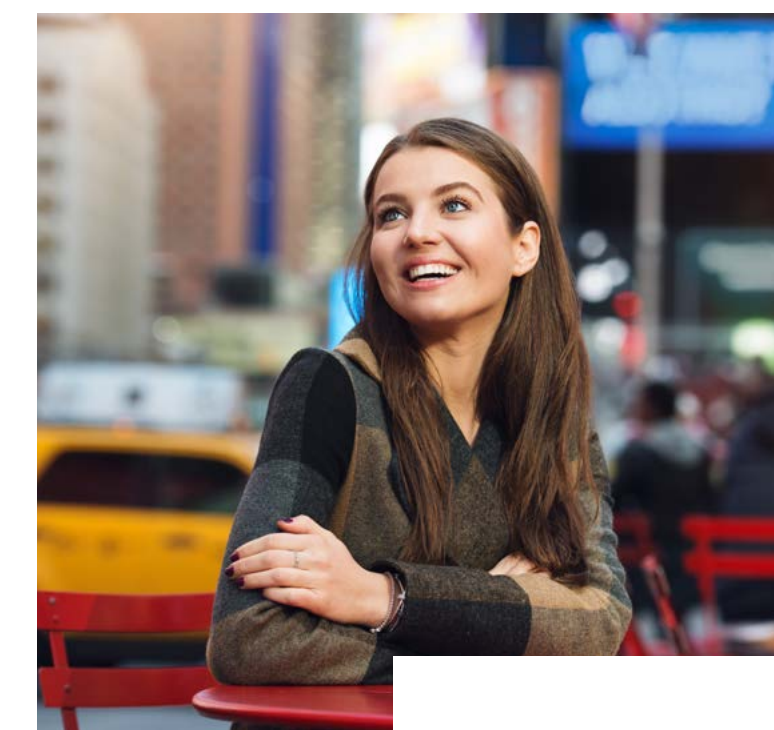
PÁG. 23



04

**Notas às
demonstrações
financeiras**

PÁG. 34



05

**Certificação
legal das contas
e relatório e
parecer do
conselho fiscal**

PÁG. 84



01

Órgãos sociais

Conselho de Administração

(2022-2025)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Inês Oom Ferreira de Sousa

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (Efetivo) (não é vogal)

Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins (Suplente) (não é vogal)

Vogais

Alberto Perfecto Axpe Fontàn

Armindo Alberto Bordalo Escalda

Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro

Francisco del Cura Ayuso

Conselho Fiscal

(2022-2025)

Presidente

José António Ferreira Machado

Suplente

José Gabriel Chimeno Casero

Vogais

João Francisco Baptista Colaço Sobral do Rosário

Luís Filipe Simões Caldas

Mesa da Assembleia Geral

(2022-2025)

Presidente

Vitor Manuel Silva Reis

Secretário

Luis Anula Rodriguez

Sociedade Revisora Oficial de Contas

(2022-2025)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio



02

Relatório de gestão

PRINCIPAIS INDICADORES

Em termos socioeconómicos, o ano 2022 talvez se possa caracterizar como um ano, no mínimo, desafiante. Sem retirar exigência dos anos precedentes, mas porque em 2022 surgiram novos e fortes impactos sem que se tivessem ainda dissipado os efeitos da pandemia que afetou os anos anteriores, trazendo por isso contínuos desafios.

O conflito armada na Ucrânia agudizou os impactos negativos que a pandemia deixou, sobretudo na área da saúde e nas cadeias logísticas, e como consequência imediata surgiram uma série de constrangimentos no curso normal da atividade económica, instalando-se um clima de desconfiança e incerteza causando turbulência em torno dos produtos energéticos, gás e petróleo, bem como dos produtos agrícolas, nomeadamente os cereais.

A nível setorial, os segmentos Vida e Não Vida acabaram o ano com um registo conjunto de cerca de 6 mil milhões de euros.

RESULTADO LÍQUIDO

- 0,47 M
€

CAPITAL PRÓPRIO

6,18 M
€

ATIVO

16,55 M
€

PASSIVO

10,37 M
€

RÁCIO DE SOLVÊNCIA

154 %

CRESCIMENTO EM VOLUME DE PRÉMIOS

62,4 %

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS

6,89 M
€

CRESCIMENTO DO ATIVO

16,6 M
€

PRÉMIOS EMITIDOS RAMO AUTOMÓVEL

5,35 M
€



01

CONJUNTURA ECONÓMICA

Quando o mundo se tentava reerguer dos impactos económicos negativos da pandemia, surge o conflito armado na Ucrânia invadida pela Rússia.



As estimativas para o encerramento do ano 2022 apontam para um novo e reforçado avanço de 6,8%, que situará o desempenho do referido exercício bem acima da estimativa média mundial

Numa tentativa de caracterizar de forma sumária o ano 2022 em termos socioeconómicos, talvez se possa dizer que foi, no mínimo, desafiante. Não que os anos precedentes não tenham sido exigentes, mas porque em 2022 surgiram novos e fortes impactos sem que se tivessem ainda dissipado os efeitos da pandemia que afetou os anos anteriores.

Com efeito, quando o mundo, num processo que parecia estar no bom caminho, se tentava reerguer dos impactos económicos negativos da pandemia que foram especialmente relevantes nos sistemas de saúde e nas cadeias logísticas, surgiu um conflito armado na Ucrânia com invasão deste país por parte da Rússia.

Tal acontecimento teve como consequência imediata uma série de constrangimentos no curso normal da atividade económica, provocados, desde logo, pelo clima geral de

desconfiança e incerteza que uma guerra inevitavelmente gera e, depois, mais em concreto, pela turbulência em torno dos produtos energéticos - gás e petróleo - bem como dos produtos agrícolas, nomeadamente os cereais.

A Europa Central, coração da União Europeia, que ao longo dos últimos anos, em resultado de tomadas de decisão talvez pouco avisadas, se tornou bastante dependente do fornecimento de gás oriundo da Rússia, viu-se na contingência de ter que diversificar geograficamente as suas compras de energia, defrontando-se com a falta de capacidade de resposta imediata dos mercados alternativos à forte procura de que foram alvo, o que levou a um aumento enorme dos preços que rapidamente se transferiu para a produção de bens e serviços e daí para os consumidores, num processo inflacionista do qual já não havia memória.

Os cereais, produto agrícola essencial à confeção de outros produtos básicos para a sobrevivência humana, estiveram retidos em navios privados de sair dos portos Ucranianos durante largos meses, ameaçando agravar a fome em alguns países Africanos e provocando por todo o mundo uma espiral de subida de preços dos bens alimentares, bem como falhas de certos produtos nas prateleiras dos supermercados.

A tendência inflacionista, que já se notava no ano anterior em consequência da pressão exercida pela retoma da atividade económica pós-pandemia, viu-se, assim, alavancada e embora, num momento inicial, os bancos centrais por todo o mundo tenham tentado encará-la como pontual, a realidade é que, perante a sua persistência, não tiveram outra alternativa para a controlar que não fosse tocar nas taxas de juro de cedência de liquidez, num processo gradual de incremento que muitos especialistas indicam não ter terminado ainda, o qual provocou uma subida acentuada das taxas das obrigações de dívida pública e da taxa de referência Euribor comumente utilizada como indexante nos financiamentos bancários.

Como consequência natural desta política monetária, a generalidade das previsões aponta para um arrefecimento económico nos próximos anos, traduzido em taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais reduzidas ou, até mesmo, o aparecimento de uma recessão em alguns países.

Em Portugal, o efeito do contexto pandémico na economia foi bastante acentuado no ano 2020, no qual o PIB apresentou uma evolução negativa de 8,4%, substancialmente pior quando comparada com o decréscimo de 2,8% médio mundial nesse ano.

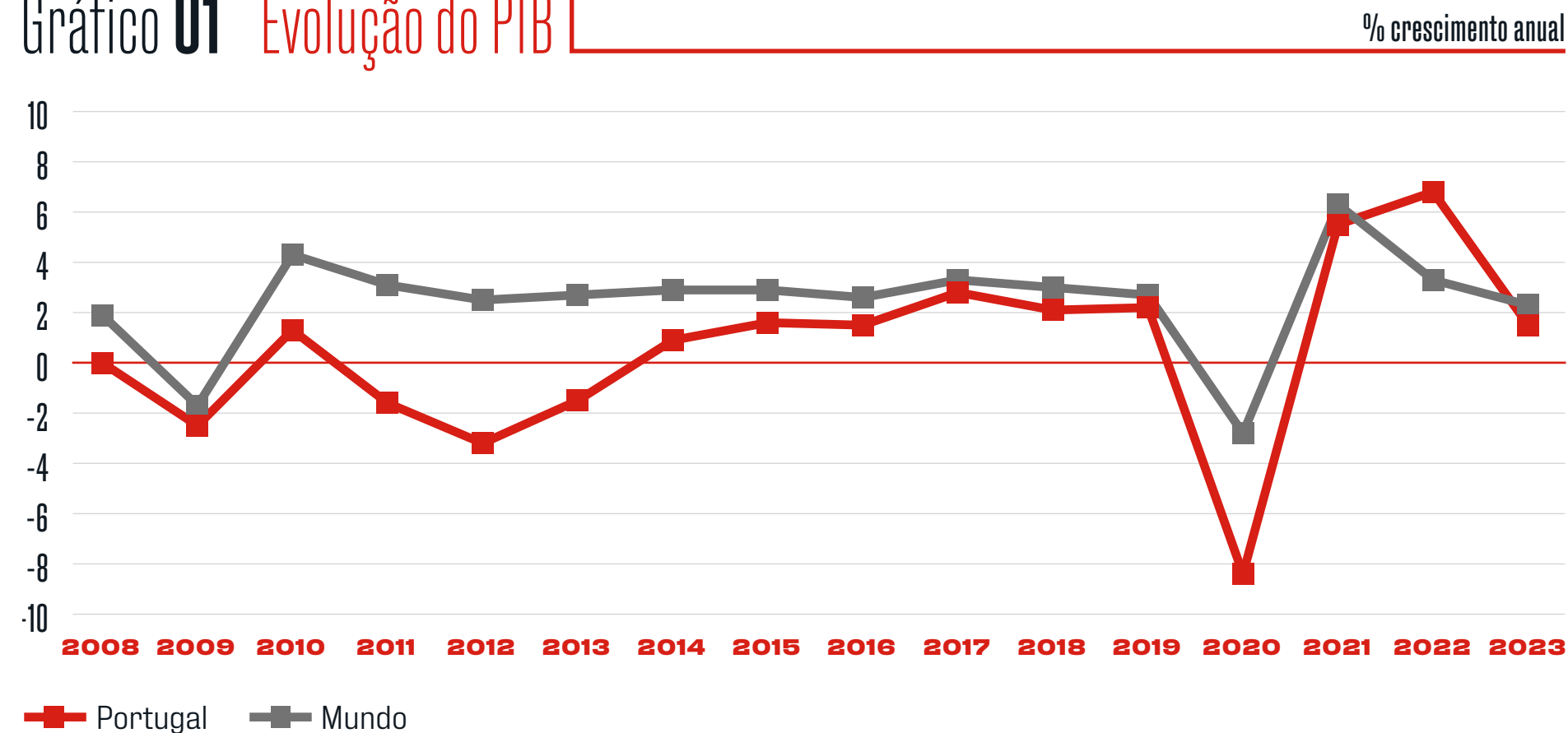
Já em 2021, o produto interno bruto encetou uma recuperação apresentando um crescimento de 5,5%, apontando as estimativas para o encerramento do ano 2022 com um novo e reforçado avanço de 6,8% que situará o seu desempenho bem acima da estimativa média mundial, a que não será alheio o facto do ponto de partida ser substancialmente baixo e de a recuperação ter começado com um certo desfasamento temporal, em linha, aliás, com o que acontece habitualmente no que concerne à absorção dos diversos efeitos externos pela nossa economia.

Quadro 1 Indicadores da economia mundial

	2019	2020	2021	2022	2023
PIB (% crescimento)	2,7	- 2,8	6,3	3,3	2,3
Comércio (% crescimento)	1,0	- 8,3	11,6	6,1	2,0
Cotação Petróleo (Euros)	57,2	36,3	60,1	99,7	83,9
Cotação Gás (Euros)	n.d.	n.d.	46,6	122,5	123,6

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2022)

Gráfico 01 Evolução do PIB



Fonte: Banco Mundial e Banco Portugal. Dados 2022 e 2024 estimativas

A recuperação destes dois últimos anos assentou na evolução favorável da generalidade das variáveis, tanto no plano interno, com crescimentos significativos do investimento e dos consumos público e privado, neste caso acompanhado de uma descida da taxa de poupança, como no plano externo, onde as exportações e as importações registaram um crescimento expressivo.

Esta dinâmica económica contribuiu decisivamente para um aumento da população empregada e uma descida da taxa de desemprego, a qual deverá situar-se, no final de 2022, em 5,9%, um nível ainda mais próximo do limiar do pleno emprego, tendo surgido, por isso, algumas dificuldades de preenchimento de postos de trabalho, em especial nas áreas da hotelaria e da construção civil nas quais se verificou uma forte retoma da atividade.

O mercado imobiliário, que já se tinha mostrado robusto no período da pandemia, manteve um alto nível de transações, beneficiando, entre outros aspetos, do afluxo de investimentos oriundos de residentes em outras geografias com elevado poder de compra. Este dinamismo, associado à escassez de materiais e de mão-de-obra, levou a um incremento generalizado dos preços que tornou praticamente inacessível o acesso da população local à compra de habitação nas grandes cidades, em especial por parte dos mais jovens, cujos rendimentos em início de vida são, habitualmente, mais reduzidos, remetendo-os para zonas mais periféricas onde, naturalmente, se começou a sentir também a pressão da procura com o conseqüente aumento dos preços.

A conjugação da evolução de todos os fatores internos e externos mencionados levou a uma alteração abrupta da inflação no ano 2022, cuja taxa, após décadas em terreno praticamente nulo, se estima que acabe por situar-se em torno dos 8%.

Uma alteração desta magnitude no índice de preços e o incremento das taxas de juro, comentado anteriormente, não poderiam deixar de ter consequências no nível de vida da população em geral, mas em especial no que respeita aos mais vulneráveis. Com o objetivo de minimizar os impactos, quer o governo, quer algumas empresas privadas, atribuíram prestações monetárias extraordinárias, as quais, embora compreensíveis de um ponto de vista social, potenciam um efeito contraditório à política monetária de subida das taxas de juro para controlo da inflação.

Apesar do esforço na concessão das prestações sociais extraordinárias, as contas públicas, cujo estado muito condicionou a evolução económica na década passada, mantiveram uma evolução bastante favorável, pois a arrecadação de receita, além do efeito do dinamismo económico, contou com o contributo extraordinário do próprio processo inflacionista.

O ano 2023 desenrolar-se-á neste ambiente turbulento, sendo de esperar uma travagem da economia portuguesa traduzida pelo retrocesso nas previsões dos diversos indicadores, entre os quais o PIB, cuja percentagem de crescimento deverá diminuir para 1,5%, um nível inferior ao período de pré-pandemia e ao previsto para o resto do mundo, mas, apesar de tudo, positivo, facto relevante quando se noticia que algumas economias dos vizinhos europeus podem mesmo entrar em recessão.

No caso concreto do setor segurador, sem dúvida que a política monetária será um obstáculo ao crescimento da procura a curto prazo que, provavelmente, castigará mais os ramos Não Vida, mas vislumbra-se uma oportunidade em Vida, na medida em que a tendência de subida das taxas de juro e o abrandamento da inflação podem constituir um estímulo para este segmento.

Avizinha-se, assim, mais um período de intensos desafios que exigirão uma leitura permanente e apurada da realidade, bem como uma grande agilidade na tomada de decisões, algo que, na verdade, se vem tornando regra ano após ano.

Quadro 2 Indicadores económicos de Portugal

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB	2,4	2,2	-8,4	5,5	6,8	1,5
Consumo Privado	3,1	2,4	-7,1	4,7	5,9	0,2
Consumo Público	0,9	0,7	0,4	4,6	2,0	1,9
Investimento	5,8	5,4	-2,7	8,7	1,3	2,9
Exportações	3,8	3,5	-18,6	13,5	17,7	4,3
Importações	5,8	4,7	-12,1	13,3	11,1	3,0
Taxa de Desemprego	7,0	6,5	7,0	6,6	5,9	5,9
Índice Preços Consumidor	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,8
Saldo das Contas Públicas	-0,4	0,2	-7,3	-2,9	-1,9	-0,9
Taxa Juro Curto Prazo (Euribor 3 meses)	-0,300	-0,400	-0,400	-0,500	0,400	2,900

Dados de 2022 e 2023 são estimativas.

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2022).



02 EVOLUÇÃO SETORIAL

O segmento Não Vida registou um crescimento, pelo oitavo ano consecutivo, de 7,4%



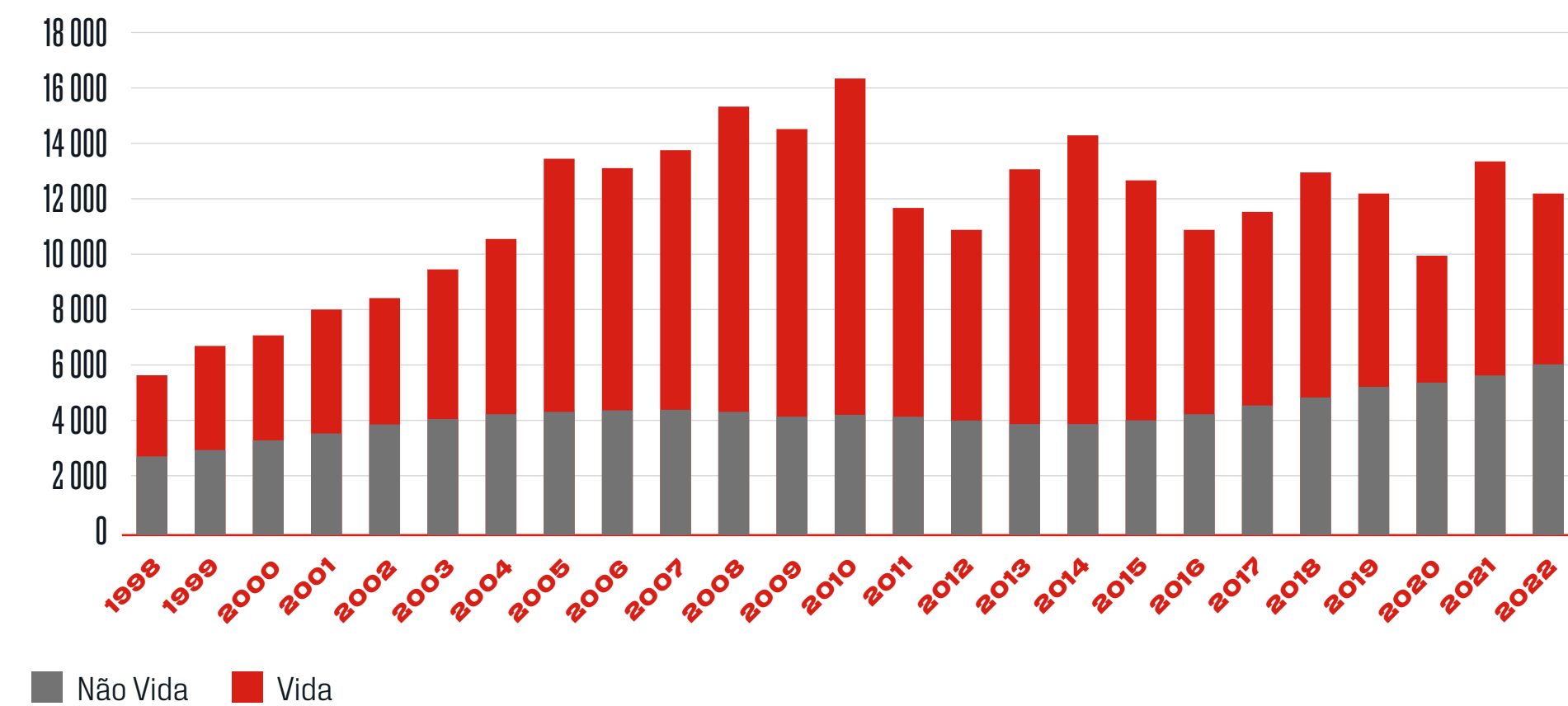
O ramo de Doença teve o crescimento mais expressivo com 11,8% e afirmou-se, definitivamente, como o segundo ramo em termos de volume de prémios Não Vida.

Segundo os dados disponibilizados pela APS - Associação Portuguesa de Seguradores, o ano fica marcado por uma descida de 9,5% do volume de negócio em relação ao ano anterior, voltando para um nível muito semelhante ao registado ano 2019, em torno dos 12 mil milhões de euros.

No entanto, esta *performance* global foi distinta entre os segmentos Não Vida e Vida. Enquanto que em Não Vida se observou um crescimento pelo oitavo ano consecutivo, desta vez de 7,4%, em Vida ocorreu um decréscimo de 21,8%, acabando os dois segmentos por se situarem em cifras absolutas muito próximas dos 6 mil milhões de euros, repartindo quase equitativamente o bolo global, tal como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 02 Volume de vendas

Milhares euros



Fonte: APS

Detalhando um pouco mais o comportamento de cada um dos segmentos e começando por Não Vida, destaca-se o vigor do crescimento dos ramos mais representativos, a que não será alheio o comportamento favorável da economia comentado no capítulo anterior.

O ramo de Doença teve o crescimento mais expressivo com 11,8% e afirmou-se, definitivamente, como o segundo ramo em termos de volume de prémios Não Vida. A crescente sensibilidade da população para os cuidados de saúde e uma certa degradação da prestação dos serviços públicos terão certamente contribuído para esta evolução.

Por sua vez, os ramos Multirriscos avançaram 8,2% em consequência de uma evolução favorável de todos os setores económicos que o compõem, mas especialmente no setor do Comércio em que o crescimento atingiu os 19%.

O ramo de Acidentes de Trabalho evoluiu em linha com o ano anterior, repetindo praticamente a percentagem de crescimento, que acabou em 6,4%, impulsionada pela subida das massas salariais sobre as quais incide a taxa de cálculo dos prémios, associada ao aumento do emprego e dos salários, em especial do salário mínimo.

Já em relação ao ramo Automóvel, o crescimento foi mais moderado, na ordem dos 3,6%, contudo, substancialmente maior que o dos dois anos precedentes em que sofreu o efeito da descida do número de novos veículos vendidos relacionada com os constrangimentos nas cadeias de fornecimento de componentes.

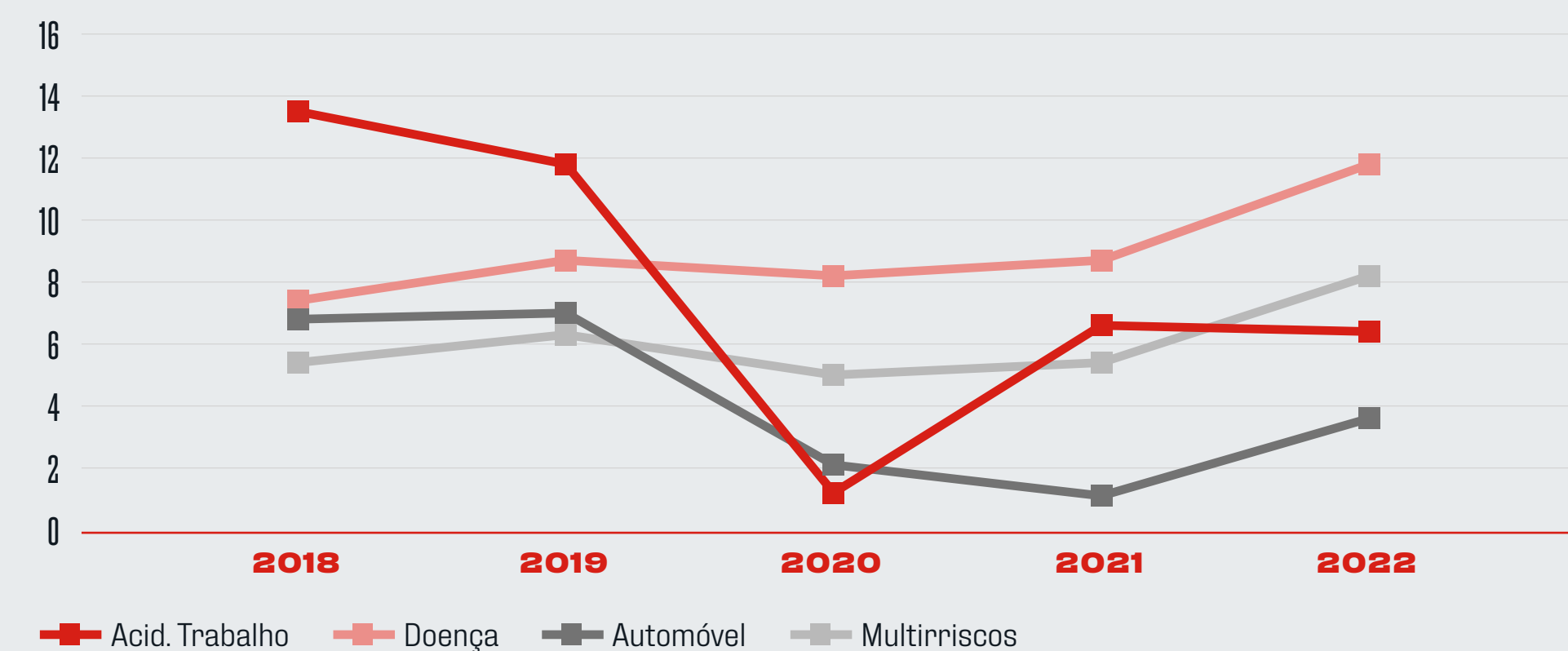
No caso de Vida, o retrocesso acentuado deveu-se especialmente ao decréscimo de 34,4% nos produtos Ligados a Fundos de Investimento, um comportamento muito similar quer nos PPR – Planos Poupança Reforma como nos restantes produtos de poupança.

Tal parece ter sido a consequência das subidas das taxas de juro diretoras promovidas pelos diversos bancos centrais, como forma de combater a tendência inflacionista, que tornaram menos atrativos os produtos *Unit Linked* que tinham sido o motor do crescimento nos dois anos anteriores e em especial em 2021.

Esta realidade, e a conhecida apetência dos aforradores por produtos de capital e rendimento garantido, traduziu-se numa corrida à subscrição de Certificados de Aforro cujas taxas voltaram a ser competitivas, o que, associado ao facto do regresso da oferta de produtos de capital e rendimento garantido por parte do setor segurador não ter sido imediato, poderá explicar que no segmento de produtos Não Ligados a Fundos de Investimento também se tenha verificado um decréscimo, ainda que mais residual, na ordem dos 2,5%.

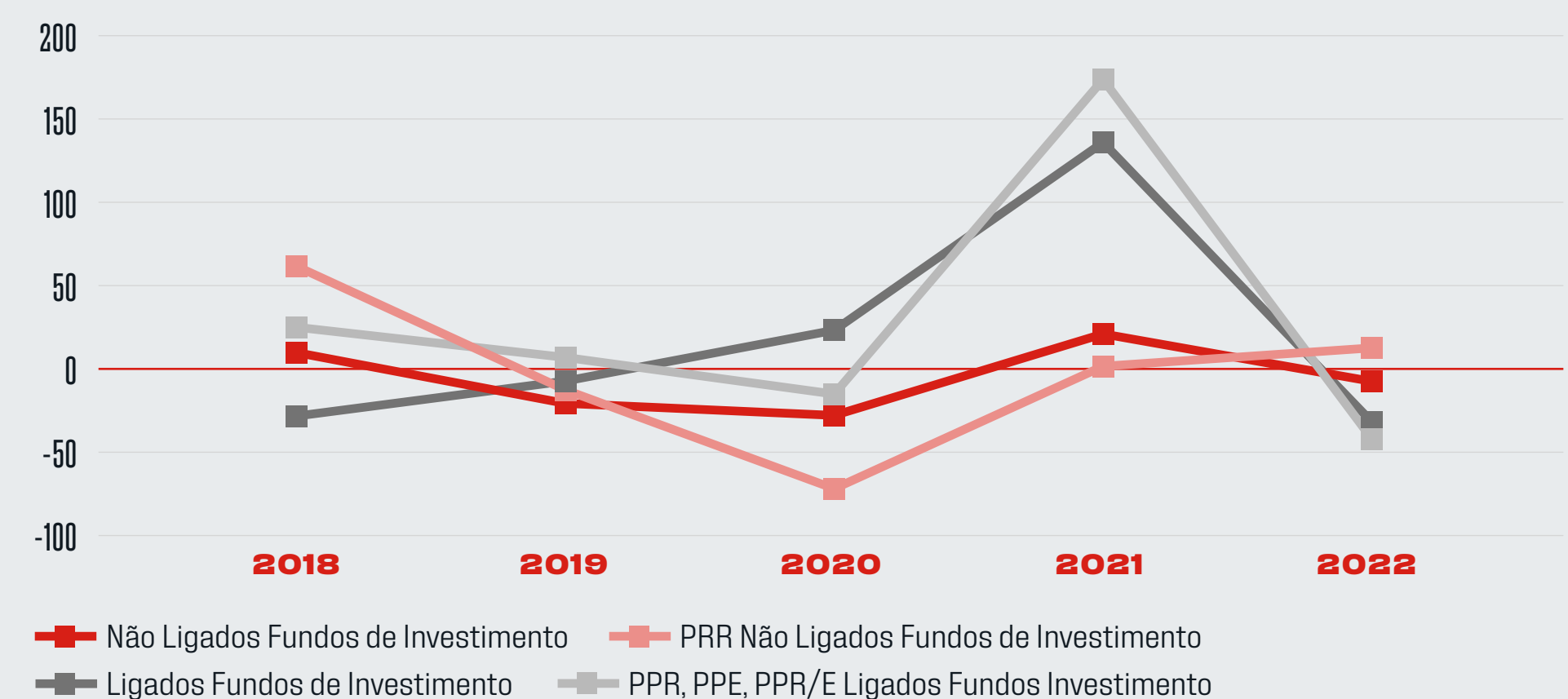
Este desempenho negativo no conjunto do mercado Vida e Não Vida, a par do crescimento significativo do PIB, teve como consequência um recuo do peso do setor segurador na economia para 4,9%, bem distante dos 6,2% alcançados no ano anterior e ainda mais distante do pico dos últimos 10 anos, que tinha sido atingido em 2014 com 8,3%.

Gráfico 03 Taxa de crescimento ramos Não Vida %



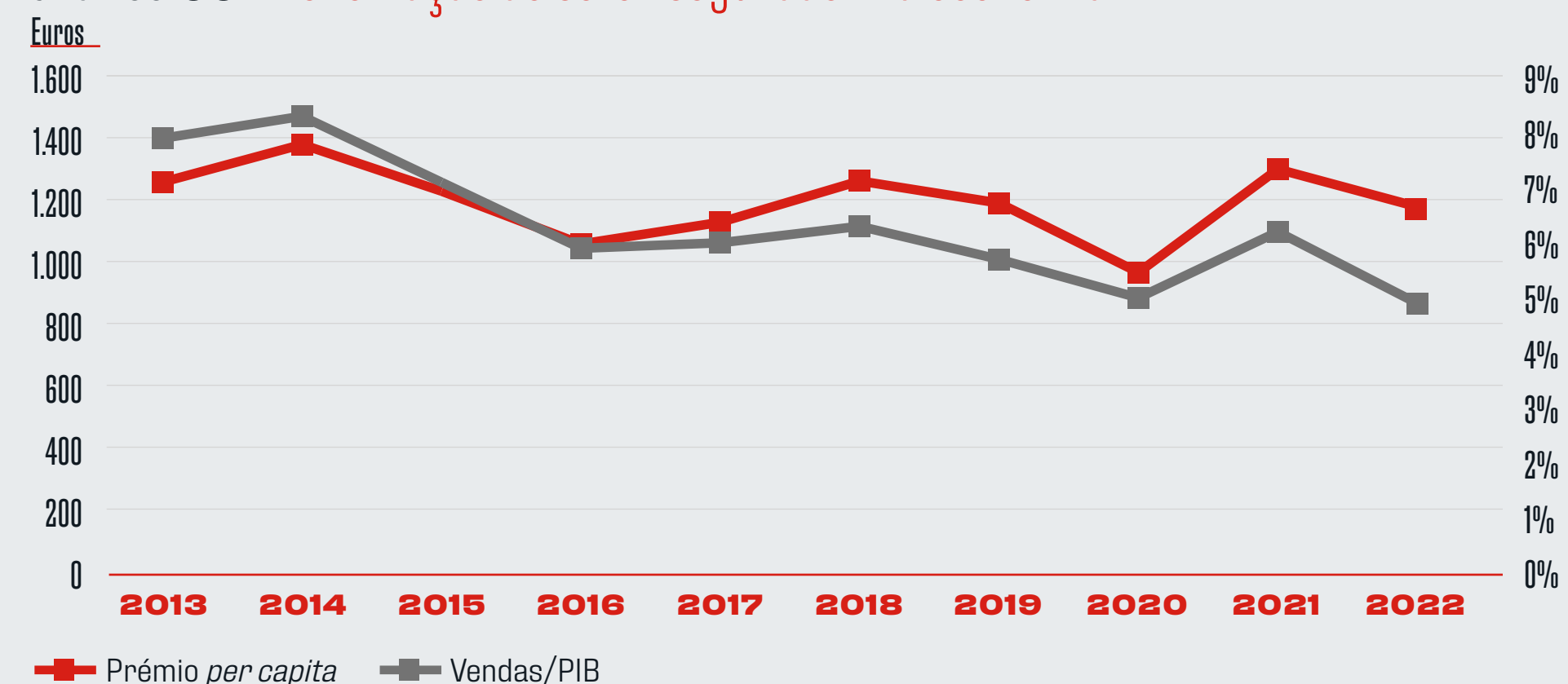
Fonte: APS

Gráfico 04 Taxa de crescimento Vida %



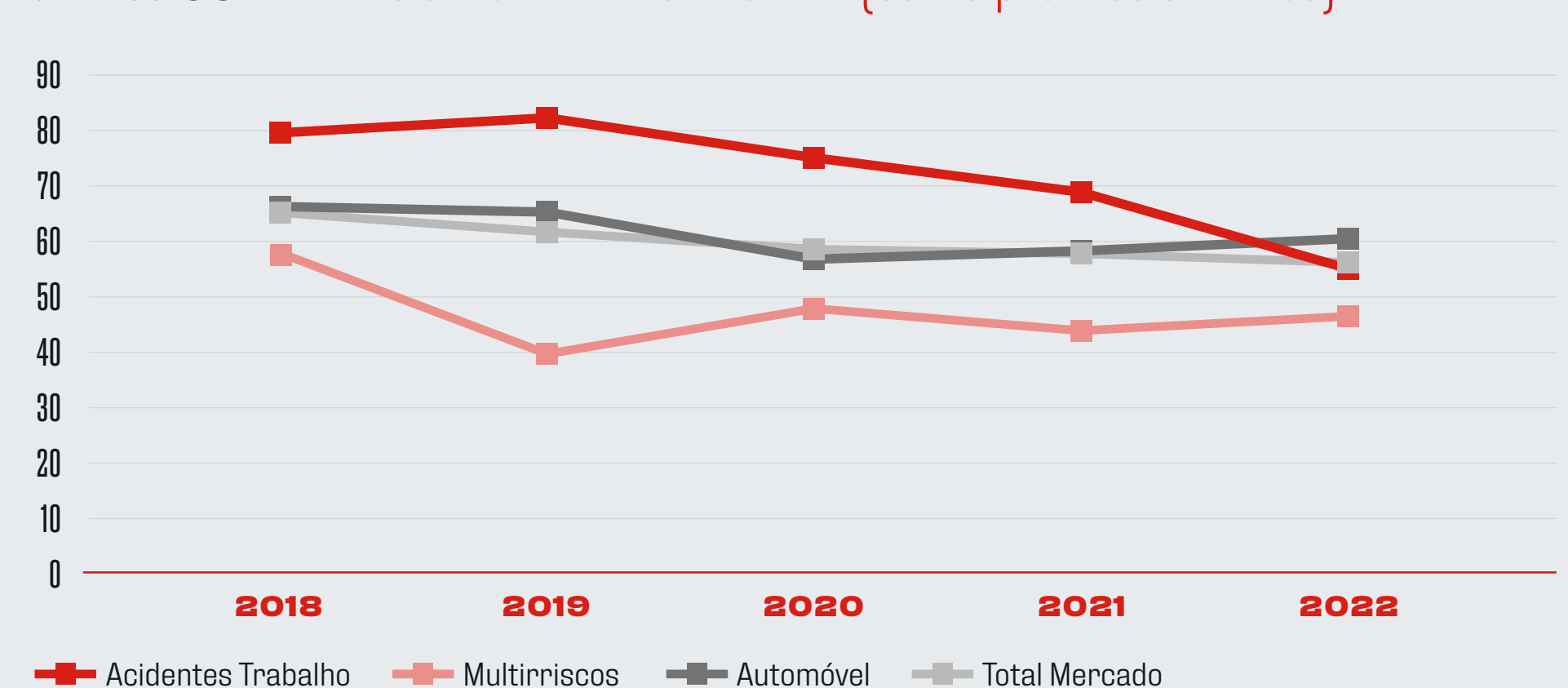
Fonte: APS

Gráfico 05 Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

Gráfico 06 Taxa de sinistralidade Não Vida (sobre prémios emitidos)



Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros • Fonte: APS



O ramo de Acidentes de Trabalho teve o melhor comportamento dos últimos anos, com uma descida muito significativa de quase 14 pontos percentuais, de 68,9% para 55,1%

No mesmo sentido evoluiu o prémio *per capita*, mas com uma queda ainda mais acentuada de 9,4%, passando de 1.298,29 euros no ano anterior para 1.176,79 euros este ano.

Ao nível da sinistralidade Não Vida importa mencionar a ocorrência de condições meteorológicas bastante adversas que provocaram várias inundações, com maior incidência na Área Metropolitana de Lisboa, em dezembro.

Este acontecimento terá tido influência no agravamento da taxa de sinistralidade dos ramos Multirriscos, medida em função dos prémios brutos emitidos, a qual subiu 2,6 pontos percentuais de 43,9% o ano anterior para 46,5% este ano.

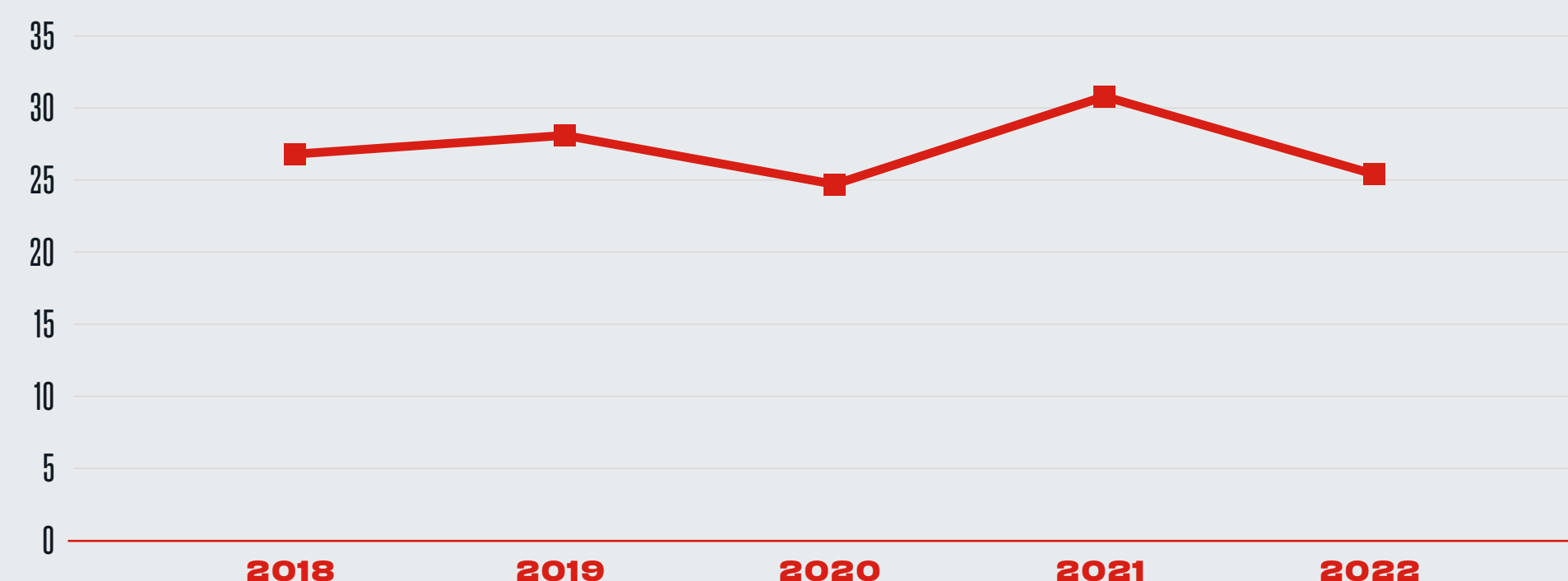
No caso do ramo Automóvel, verificou-se também um agravamento de 2,2 pontos percentuais, passando de 58,3% em 2021 para 60,5% em 2022. As referidas condições meteorológicas adversas terão tido alguma influência neste

comportamento, mas serão de considerar, adicionalmente, os efeitos do regresso à quase normalidade da circulação pós-pandemia e do aumento dos custos de reparação devido ao disparo da inflação.

Por sua vez, o ramo de Acidentes de Trabalho teve o melhor comportamento de há muito anos a esta parte, com uma descida muito significativa de quase 14 pontos percentuais, de 68,9% para 55,1%, para o que terá contribuído bastante, mas não exclusivamente, a subida das massas salariais.

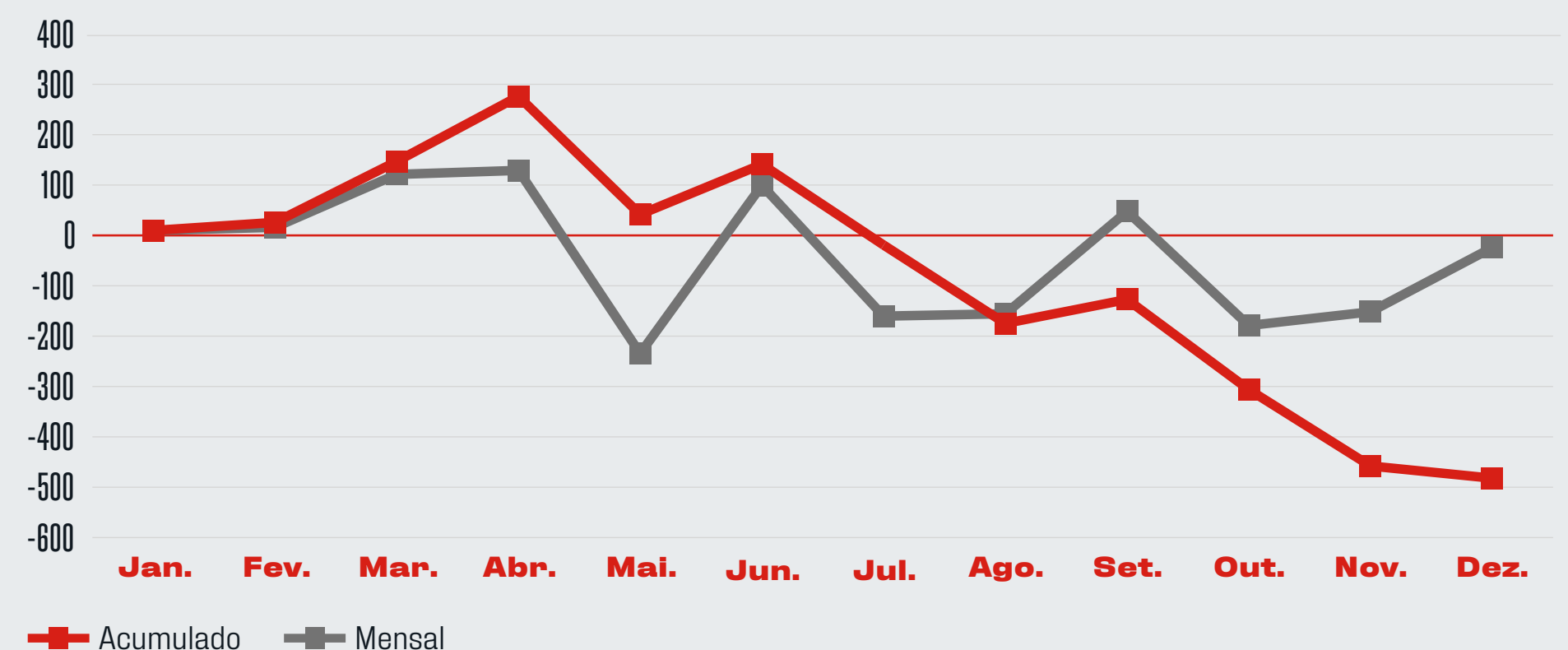
Este excelente desempenho do ramo de Acidentes de Trabalho acabou por permitir absorver os efeitos negativos de Multirriscos e Automóvel, levando a sinistralidade total a diminuir de 57,8% para 56,2%, o que corresponde a menos 1,6 pontos percentuais que no ano anterior, uma realidade que talvez não fosse esperada num contexto de subida da inflação e de recuperação da atividade económica.

Gráfico 07 Taxa de sinistralidade Vida Risco (sobre prémios emitidos) %



Fonte: APS

Gráfico 08 Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2022 Milhões de euros



Fonte: APS



O resultado líquido do setor aponta para 900 milhões de euros, um crescimento significativo face aos 700 milhões em 2021

Em Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro como que regressou à normalidade após um pico verificado no ano anterior, tendo terminado nos 25,4% dos prémios emitidos.

Ainda em Vida, o Fluxo Técnico foi inequivocamente impactado pelo retrocesso nas vendas, já comentado anteriormente, acabando o ano com uma variação negativa em torno dos 482 milhões de euros, numa tendência que se acentuou no segundo semestre, coincidindo com o período em que a subida de taxas de juro se tornou mais notória e, com ela, a deslocação dos consumidores para outro tipo de produtos de poupança, sem esquecer também o efeito decorrente do facto da própria taxa de poupança ter começado a tocar níveis mínimos em relação ao rendimento disponível.

Sobre o resultado líquido do setor, à data de elaboração deste relatório, os dados provisórios disponíveis apontam para um valor à volta de 900 milhões de euros, um crescimento significativo face aos cerca de 700 milhões do ano anterior. Contudo, esta evolução deriva exclusivamente da aportação da componente não técnica, porquanto a conta técnica do segmento Vida se situa sensivelmente ao mesmo nível e a de Não Vida apresenta mesmo uma descida.

Para terminar a abordagem setorial, importa deixar uma referência ao nível de Solvência, assinalando que, apesar de evidenciar uma descida ao longo do ano, continua a situar-se num patamar confortável, revelando uma boa solidez do setor. Com efeito, o rácio de cobertura do requisito de capital de Solvência situava-se em 200,2% (dados da APS ao fecho do terceiro trimestre), isto é, o dobro do mínimo exigido, com as companhias do segmento Vida a apresentarem uma subida, ao contrário das do segmento Não Vida e das Mistas que evoluíam no sentido descendente.



03

ATIVIDADE DA MAPFRE SANTANDER

O total de prémios emitidos cresceu 62,4% em relação ao ano anterior, atingindo os 6,89 milhões de euros

O ano 2022 foi o segundo ano completo de operação da Companhia após a alteração societária associada ao acordo entre os grupos MAPFRE e SANTANDER, cujo plano estratégico assenta em três grandes linhas:

- Lançamento de novos produtos;
- Desenvolvimento do canal *bancassurance* através da rede digital e de balcões físicos do Banco Santander;
- Otimização de custos operativos através da prestação de serviços técnicos e administrativos por parte da MAPFRE.

Dando corpo a esta estratégia, procedeu-se, ainda no ano 2020, ao lançamento do produto Multiriscos Comércio e Indústria, a que se seguiu, em 2021, o Automóvel no mês de abril e o Responsabilidade Civil Geral em novembro.

No final do primeiro semestre de 2022, foi lançado um produto específico de Multiriscos para Bens em Leasing e melhorou-se o leque de opções no ramo Automóvel com a introdução de um pacote adequado à contratação de pequenas frotas, para completar o âmbito da oferta destinada ao segmento de empresas, culminando o processo de alargamento do portfolio, com o início de comercialização no terceiro trimestre, do produto de Acidentes de Trabalho.

Em termos quantitativos, o total de prémios emitidos cresceu 62,4% em relação ao ano anterior, atingindo a cifra de 6,89 milhões de euros.

O protagonismo pertence ao ramo Automóvel, o qual, assumindo o seu papel de ramo de massa, cresceu praticamente 75% para 5,35 milhões de euros e representa já 77,7% do volume total de prémios emitidos.

Um exercício de cálculo comparativo do valor alcançado por este ramo ao fecho do ano 2022 com o de 2020, ano a partir do qual se intensificou a dinamização comercial, permite concluir que o volume de prémios mais do que triplicou durante esse período.

O ramo de Incêndio e Outros Danos teve um crescimento mais moderado, ainda assim significativo, de 25,2% em relação ao ano anterior e de 73% no horizonte 2020-2022, fixando-se ligeiramente acima de 1 milhão de euros.

Por sua vez, o conjunto dos restantes ramos, constituído por alguns ramos em *run off* e pelo produto de Acidentes de Trabalho recentemente lançado, teve um incremento de 42,6% no ano 2022, cifrando-se em aproximadamente meio milhão de euros.

Embora se tenha começado a comercializar apenas no final do terceiro trimestre e, portanto, se situe ainda em valores de pequena dimensão, este novo produto permitiu compensar o efeito dos restantes que se encontram em *run off*, invertendo a tendência de decréscimo, o que evidencia, desde já, o seu potencial de alavanca para o crescimento do volume de negócio global.

Ainda no âmbito do desempenho das vendas, importa deixar uma referência ao excelente rácio de apólices concretizadas *versus* simulações efetuadas na generalidade dos produtos em comercialização, o que constitui um sinal da competitividade dos produtos.

No campo da exploração técnica, é certo que ainda não foi atingido o almejado equilíbrio, contudo o rácio combinado cedeu mais de 65 pontos percentuais, situando-se ao fecho do ano em 127,7% frente a 193,3% no ano anterior.

Trata-se de uma redução bastante acentuada sobre a qual importa relevar que assentou quer na melhoria da taxa de sinistralidade quer na descida do rácio de gastos de exploração.

A melhoria da taxa de sinistralidade contou com o importante contributo do processo de saneamento da carteira, que se concluiu no decurso do ano, e com a estabilização do processo de gestão e valoração de sinistros que foi objeto de revisão no ano anterior.

Por seu lado, o rácio de gastos beneficiou do aumento do volume de prémios, em conjugação com o aproveitamento pleno das sinergias inerentes ao contrato de prestação de serviços das atividades operativas, o que no ano anterior não tinha sido possível devido aos condicionalismos derivados do facto da migração da carteira para o novo sistema informático apenas ter acontecido no início do segundo semestre.

Face ao volume ainda relativamente reduzido de disponibilidades suscetíveis de serem convertidas em títulos de rendimento financeiro, optou-se por efetuar a sua gestão em depósitos à ordem e a prazo, estes últimos sem rendimento associado, mas isentos de custos de gestão bancária, estabelecendo o ano 2023 como horizonte temporal para construir uma carteira de ativos de rendimento fixo e variável suficientemente consistente.

Na ausência de rendimentos financeiros, o resultado líquido ficou diretamente ligado à *performance* da componente técnica descrita anteriormente. Assim, da mesma forma que o rácio combinado, também o resultado líquido, embora negativo, melhorou de forma significativa situando-se em 0,47 milhões de euros face a 2,87 milhões de euros, igualmente negativos, no ano anterior.

Gráfico 09 Evolução dos prémios emitidos

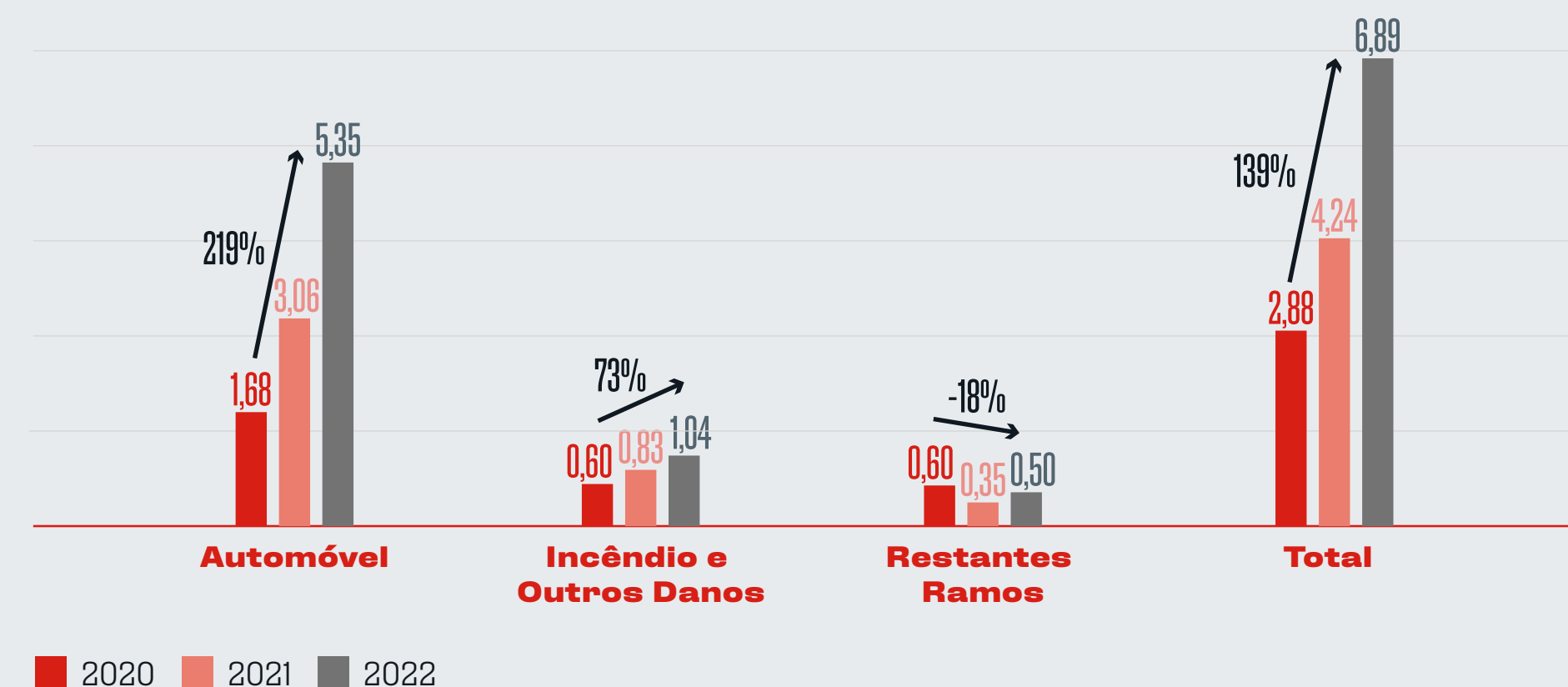


Gráfico 10 Evolução do rácio combinado

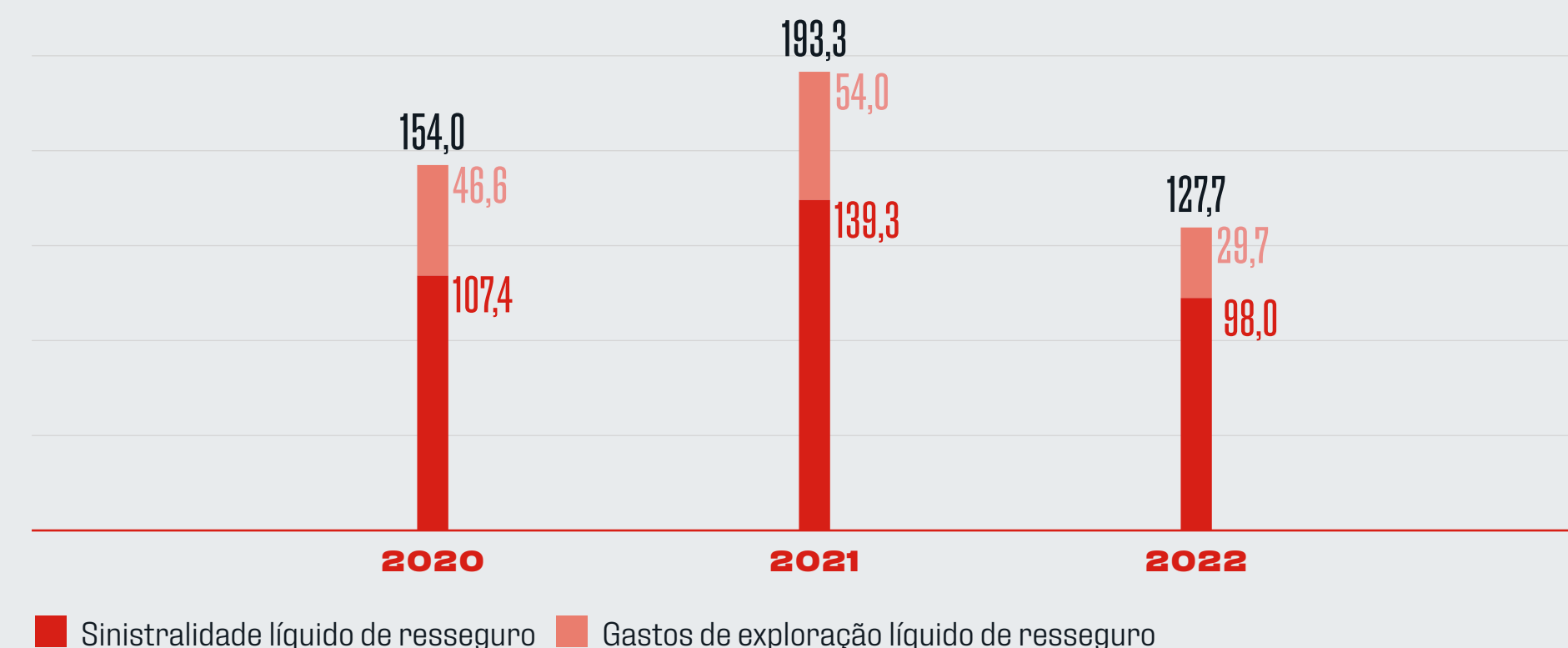


Gráfico 11 Evolução do balanço

Milhões de euros

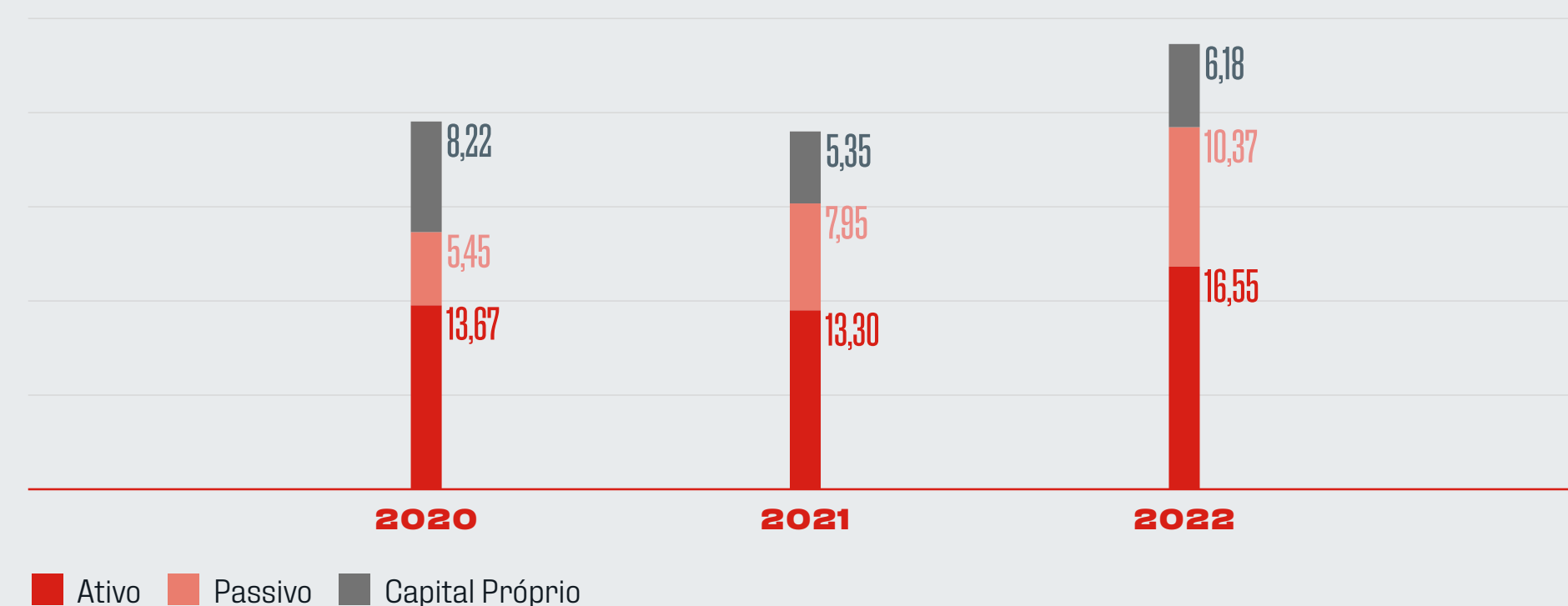
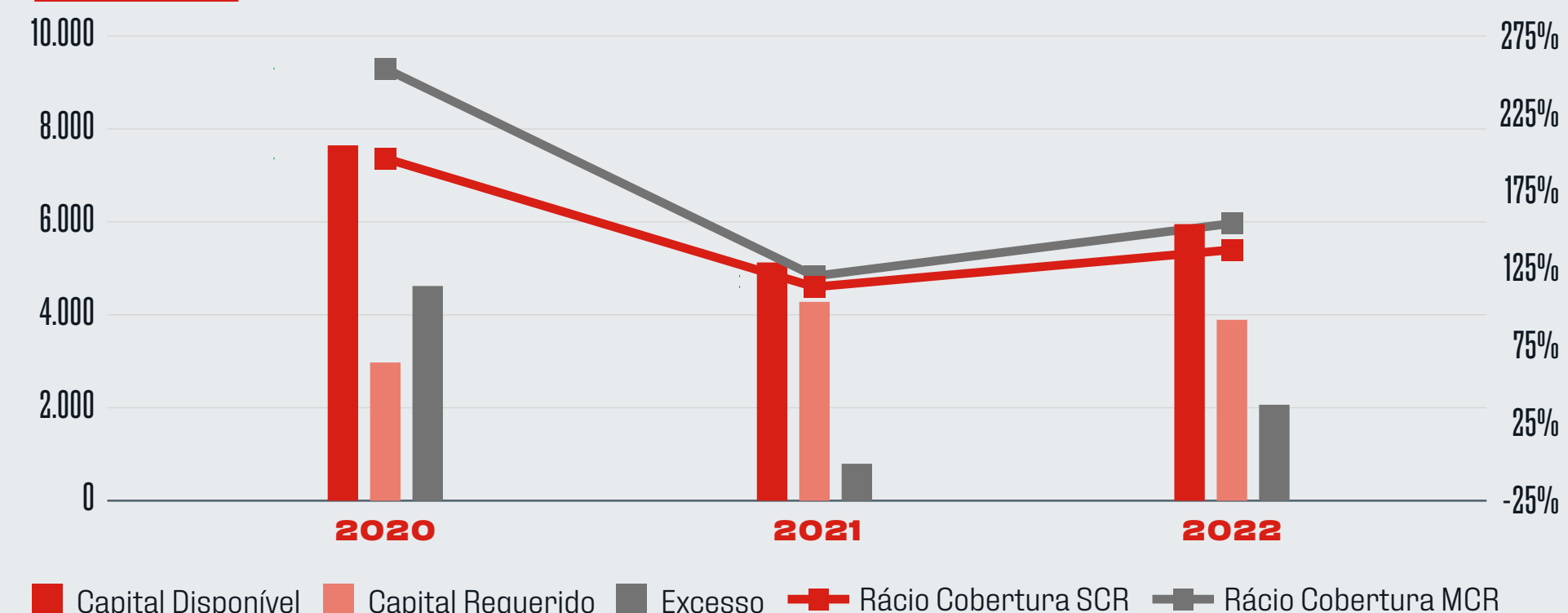


Gráfico 12 Rácio de solvência

Milhares de euros



O protagonismo pertence ao ramo **Automóvel** que cresceu **75%**, para 5,35 milhões de euros, e representa já **77,7%** do volume total de prémios emitidos

Quanto ao balanço, destaca-se a aportação realizada pelos acionistas no montante total de 1,3 milhões de euros, através de prestações assessorias, para reforçar os Fundos Próprios e contribuir para assegurar um rácio de cobertura de solvência adequado.

Por via dessa aportação e do crescimento do negócio, o Ativo subiu até aos 16,55 milhões de euros, o que significa um incremento de 3,25 milhões de euros em relação ao fecho do ano anterior.

Por sua vez, o Passivo avançou cerca de 2,4 milhões de euros, também em decorrência do incremento do volume de negócio, situando-se em 10,37 milhões de euros.

Com o aludido reforço dos Fundos Próprios, o rácio de cobertura do requisito de capital (SCR) aumentou para 154% e o rácio de cobertura mínimo (MCR) também subiu

para 137%, posicionando-se, assim, acima do limiar mínimo estabelecido na Política de Apetite ao Risco da Companhia.

Quanto à Política de Apetite ao Risco, cabe referir que não sofreu modificações no ano 2022, pelo que a monitorização permanente se realizou com base nos mesmos parâmetros e limites que nos anos anteriores.

Conforme demonstra o quadro 3, resulta dessa monitorização que a exposição ao risco se mantém confortavelmente controlada, com todos os indicadores situados dentro da zona verde, à exceção do número de contrapartes bancos e entidades financeiras, devidamente aprovada pelo Comité de Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração, devido à referida opção de gestão de disponibilidades em depósitos bancários, situação que, também como comentado anteriormente, se reverterá ao longo do ano 2023.

Quadro 3 Indicadores de gestão de risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSP		
					Período de avaliação anterior 12.2021	Avaliação do período atual 12.2022	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	120%	154%
	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	<= 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
Risco de contraparte	Contrapartes, bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	1	1
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	<= 50 %		> 50 %	0,0%	0,0%
	Alavancagem financeira	Trimestral	<= 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	>= 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	3615%	3250%

Por fim, cabe uma referência às novas normas de contabilidade IFRS 17 e 9. Neste campo, além dos desenvolvimentos informáticos para dispor da informação com a granularidade requerida, foi levado a cabo o apuramento das responsabilidades no ponto de transição, referido ao início do ano 2022,

bem como dos meses subsequentes até ao terceiro trimestre, estando em atualmente curso o apuramento do último trimestre para assim se dispor de dados para a apresentação de contas comparativas no ano 2023, ano em que a norma entra efetivamente em vigor.



04 OUTRAS INFORMAÇÕES

A estrutura de governo incorpora os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário



Em 2022, realizou-se a aportação de **1.300.000 euros**, a título de prestações acessórias, subscrita pelos sócios

4.1. Capital Social

O capital social da MAPFRE Santander Portugal é de 7.500.000 euros constituído por 1.500.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, sendo 50,01% detido pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e 49,99% detido pela SANTANDER Totta Seguros, S.A.

No ano 2022, realizou-se a aportação de 1.300.000 euros a título de prestações acessórias, subscrita pelos sócios na proporção das suas participações, para garantir um rácio de Solvência acima de 130%, o limiar da zona verde definido na Política de Appetite ao Risco.

4.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares.

Neste âmbito, adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos, eleitos por um período de quatro anos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário.

- Conselho de Administração – composto por seis membros eleitos pela Assembleia Geral, nomeando o Conselho de Administração um Presidente e um Vice-Presidente.
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.
- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, que reúne uma vez por trimestre, delibera sobre os assuntos previstos na legislação comercial.

4.3. Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Santander Portugal, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Santander Portugal, S.A., os seis membros que o integram, são trabalhadores dependentes de cada uma das acionistas, bem como da MAPFRE – Seguros de Vida, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Santander Portugal, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, auferem uma remuneração mensal, nos termos que se encontram estabelecidos em Ata da Assembleia Geral desta sociedade.





05

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A sustentabilidade assumirá cada vez mais um papel relevante no desenho dos produtos, na seleção de fornecedores e operativa diária



No futuro próximo, pretende-se manter o caminho de crescimento, através do reforço da identificação da rede de distribuição do Banco Santander para com os produtos comercializados e da consolidação dos produtos lançados

Tal como comentado nos capítulos anteriores, neste segundo ano completo de atividade da Companhia após a alteração societária, verificou-se um incremento significativo do volume de negócio. Quanto ao resultado líquido, embora se mantenha em terreno negativo, observou-se uma melhoria bastante importante.

No futuro próximo, pretende-se manter o caminho de crescimento, para o que concorrerão, por um lado, o reforço da identificação da rede de distribuição do Banco Santander para com os produtos comercializados, como forma de elevar a dinâmica comercial e, por outro, a consolidação dos produtos lançados nos últimos dois anos acompanhada da introdução pontual de uma ou outra nova modalidade que se revele adequada às preferências dos clientes.

Além disso, no imediato, estaremos especialmente atentos ao impacto do ambiente inflacionista sobre os custos, monitorizando de forma permanente os seus efeitos e tomando medidas para introduzir os ajustamentos que se revelem necessários para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade da Companhia, assegurando um rácio de solvência confortável, em linha com o que se verifica atualmente.

A sustentabilidade assumirá um papel crescentemente relevante no desenho dos produtos, na seleção de fornecedores e operativa diária, bem como nos ativos que irão constituir a carteira de investimentos financeiros, em relação aos quais se encontra marcado um objetivo de incorporação de características ESG (fatores ambientais, sociais e de governação) em pelo menos 90% deles.

De uma forma geral, contaremos com o *know-how* das Áreas Corporativas e da estrutura Territorial Ibérica dos nossos acionistas, nomeadamente na fase de transição em curso para as novas normativas contabilísticas IFRS 17 e IFRS 9.

Por tudo isto, e porque se mantém o inequívoco compromisso dos acionistas em suportar o desenvolvimento da Companhia, de que é exemplo a realização de prestações acessórias no ano 2022, entendemos que se encontra totalmente afastada qualquer possibilidade de ameaça à continuidade do negócio e estamos convictos de poder atingir rapidamente o desejado *break even* da operação.



06

AGRADECIMENTOS

Destacamos em primeiro lugar a confiança dos nossos clientes e o papel fundamental da rede comercial do Banco SANTANDER e dos serviços de suporte da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.



Reconhecemos o contributo dos clientes, pessoas e organizações, fornecedores e resseguradores pela confiança depositada

A atividade ao longo do ano, amplamente abordada neste relatório, apenas foi possível com o contributo inestimável de muitas pessoas e organizações a quem queremos endereçar um forte e sincero agradecimento.

Destacamos em primeiro lugar a confiança dos nossos clientes, a quem reiteramos o nosso compromisso de ir continuamente ao encontro das suas necessidades e preferências através de um serviço de qualidade.

Não esquecemos o papel fundamental da rede comercial do Banco SANTANDER e dos serviços de suporte da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., esperando poder continuar a contar com o empenho que tem caracterizado a sua atuação.

Reconhecemos também o contributo dos diversos fornecedores de bens e serviços, sem o qual não poderíamos ter assegurado a desejada qualidade de serviço.

Uma menção aos nossos resseguradores pela confiança depositada na nossa capacidade de gestão e por partilharem connosco os riscos assumidos.

Em relação ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas cumpre-nos realçar o escrutínio independente e as oportunas intervenções que realizaram.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento ao relevante labor em prol do desenvolvimento e da defesa do setor segurador, levado a cabo pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no papel de regulador, e da APS – Associação Portuguesa de Seguradores, enquanto representante das entidades seguradoras.



07

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Seguindo uma gestão transparente e correta, no futuro próximo, pretende-se manter o caminho de crescimento

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, negativo no montante de 470.026,42 euros, seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados tendo em vista a sua recuperação futura.

Lisboa, 22 de março de 2023

O Conselho de Administração

Luís Anula Rodriguez **(Presidente)**

Inês Ferreira de Sousa **(Vice-Presidente)**
(representado por Armindo Alberto Bordalo Escalda)

Alberto Perfecto Axpe **(Vogal)**

Armindo Alberto Bordalo Escalda **(Vogal)**

Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Quinteiro **(Vogal)**

Francisco Del Cura Ayuso **(Vogal)**
(representado por Armindo Alberto Bordalo Escalda)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva



03

Contas anuais 2022

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022			Exercício anterior (2021)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.785.124,56		1.785.124,56	10.698.409,71
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
	Ativos financeiros detidos para negociação				
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
	Derivados de cobertura				
	Ativos financeiros disponíveis para venda				
	Empréstimos concedidos e contas a receber	11.000.000,00		11.000.000,00	
	Depósitos junto de empresas cedentes				
4	Outros depósitos	11.000.000,00		11.000.000,00	
	Empréstimos concedidos				
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00		
	Terrenos e edifícios de uso próprio				
	Terrenos e edifícios de rendimento				
	Outros ativos tangíveis				
	Inventários				
5	Ativos sob direito de uso	27.122,63	16.017,56	11.105,07	20.664,86
	<i>Goodwill</i>				
	Outros ativos intangíveis				

(continua)

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022			Exercício anterior (2021)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
6	Provisões técnicas de resseguro cedido	2.079.096,69		2.079.096,69	1.059.246,75
	Provisão para prémios não adquiridos	396.984,27		396.984,27	259.811,51
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	1.682.112,42		1.682.112,42	799.435,24
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				
7	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	537.241,17	7.237,55	530.003,62	475.607,20
	Contas a receber por operações de seguro direto	361.640,83	7.237,55	354.403,28	207.172,43
	Contas a receber por operações de resseguro	4.379,69		4.379,69	106.497,09
	Contas a receber por outras operações	171.220,65		171.220,65	161.937,68
8	Ativos por impostos e taxas	1.140.447,37		1.140.447,37	1.043.357,02
	Ativos por impostos correntes	738,00		738,00	738,00
	Ativos por impostos diferidos	1.139.709,37		1.139.709,37	1.042.619,02
	Acréscimos e diferimentos				
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Total do ativo	16.569.032,42	23.255,11	16.545.777,31	13.297.285,54

Passivo e capital próprio

Euros

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
	Passivo e capital próprio		
	Passivo		
10	Provisões técnicas	9.784.098,04	7.432.675,56
	Provisão para prémios não adquiridos	2.480.715,81	1.540.846,33
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	6.300.245,31	4.189.569,68
	De vida		
	De acidentes de trabalho	322.016,79	296.054,33
	De outros ramos	5.978.228,52	3.893.515,35
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	162.465,63	148.046,17
	Provisão para riscos em curso	840.671,29	1.554.213,38
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	311.366,49	255.663,80
	Contas a pagar por operações de seguro direto	147.629,99	155.547,19
	Contas a pagar por operações de resseguro	130.456,16	85.321,77
	Contas a pagar por outras operações	33.280,34	14.794,84

(continua)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
8	Passivos por impostos	145.670,71	99.443,59
	Passivos por impostos correntes	145.670,71	99.443,59
	Passivos por impostos diferidos		
12	Passivos de locação	13.497,21	21.077,99
14	Acréscimos e diferimentos	115.384,99	142.638,31
	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total do passivo	10.370.017,44	7.951.499,25
	Capital próprio		
15	Capital	7.500.000,00	7.500.000,00
	(Ações próprias)		
16	Outros instrumentos de capital	1.300.000,00	
	Reservas de reavaliação		
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos		
17	Outras reservas	570.021,80	570.021,80
	Resultados transitados	(2.724.235,51)	146.136,96
	Resultado do exercício	(470.026,42)	(2.870.372,47)
	Total do capital próprio	6.175.759,87	5.345.786,29
	Total do passivo e do capital próprio	16.545.777,31	13.297.285,54

Ganhos e perdas

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
18	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		4.303.726,07		4.303.726,07	2.379.500,65
	Prémios brutos emitidos		6.885.305,06		6.885.305,06	4.239.187,35
	Prémios de resseguro cedido		1.755.521,97		1.755.521,97	1.175.167,13
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		970.535,62		970.535,62	783.042,50
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		144.478,60		144.478,60	98.522,93
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1 e 4.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		4.216.229,20		4.216.229,20	3.314.724,05
	Montantes pagos		2.988.230,75		2.988.230,75	2.102.704,22
19	Montantes brutos		3.468.306,35		3.468.306,35	2.386.536,52
	Parte dos resseguradores		480.075,60		480.075,60	283.832,30
	Provisão para sinistros (variação)		1.227.998,45		1.227.998,45	1.212.019,83
Anexo 3.1 e 3.2	Montante bruto		2.110.675,63		2.110.675,63	1.142.021,80
	Parte dos resseguradores		882.677,18		882.677,18	(69.998,03)
20	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		(699.122,63)		(699.122,63)	1.290.269,47
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
21	Custos e gastos de exploração líquidos		1.279.854,59		1.279.854,59	1.285.514,50
22	Custos de aquisição		1.107.598,24		1.107.598,24	1.003.809,02
10	Custos de aquisição diferidos (variação)		(30.666,14)		(30.666,14)	(329.447,23)
	Gastos administrativos		370.804,61		370.804,61	850.097,42
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		167.882,12		167.882,12	238.944,71

(continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Rendimentos					
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros					
25	Gastos financeiros		9.632,38		9.632,38	86.332,20
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros		9.632,38		9.632,38	86.332,20
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
	De ativos disponíveis para venda					
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
	De ativos disponíveis para venda					
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					

(continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
26	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(373,80)		(373,80)	(3.168,21)
27	Outras provisões (variação)			7.107,74	7.107,74	129,81
28	Outros rendimentos/gastos			(54.196,75)	(54.196,75)	(13.208,45)
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	Resultado líquido antes de impostos		(503.241,27)	(61.304,49)	(564.545,76)	(3.613.846,04)
8	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			11.143,28	11.143,28	10.106,33
8	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(105.662,62)	(105.662,62)	(753.579,90)
	Resultado líquido do exercício		(503.241,27)	(33.214,85)	(470.026,42)	(2.870.372,47)

Demonstração da variação do capital próprio

Euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Outros instrumentos de capital		Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Prestações suplementares	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas			
	Balanco a 31 de dezembro 2021 (balanco de abertura)	7.500.000,00		570.021,80			146.136,96	(2.870.372,47)	5.345.786,29
	Correções de erros (IAS 8)								
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								
	Balanco de abertura alterado	7.500.000,00		570.021,80			146.136,96	(2.870.372,47)	5.345.786,29
16	Aumentos/reduções de capital		1.300.000,00						1.300.000,00
15;17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados						(2.870.372,47)	2.870.372,47	
	Total das variações do capital próprio		1.300.000,00				(2.870.372,47)	2.870.372,47	1.300.000,00
	Resultado líquido do exercício							(470.026,42)	(470.026,42)
	Distribuição antecipada de lucros								
	Balanco a 31 de dezembro 2022	7.500.000,00	1.300.000,00	570.021,80			(2.724.235,51)	(470.026,42)	6.175.759,87

Demonstração da variação do capital próprio

Euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas			
	Balanco a 31 de dezembro 2020 (balanco de abertura)	7.500.000,00	570.021,80			1.293.978,62	(1.147.841,66)	8.216.158,76
	Correções de erros (IAS 8)							
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)							
	Balanco de abertura alterado	7.500.000,00	570.021,80			1.293.978,62	(1.147.841,66)	8.216.158,76
15;17	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					(1.147.841,66)	1.147.841,66	
	Total das variações do capital próprio					(1.147.841,66)	1.147.841,66	
	Resultado líquido do exercício						(2.870.372,47)	(2.870.372,47)
	Distribuição antecipada de lucros							
	Balanco a 31 de dezembro 2021	7.500.000,00	570.021,80			146.136,96	(2.870.372,47)	5.345.786,29

Demonstração do rendimento integral

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2022				Exercício anterior (2021)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados					
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados					
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos					
	Resultado líquido do exercício		(503.241,27)	33.214,85	(470.026,42)	(2.870.372,47)
	Total do rendimento integral do exercício		(503.241,27)	33.214,85	(470.026,42)	(2.870.372,47)

Fluxo de caixa

Euros

Notas do anexo	Fluxo de caixa	Exercício 2022	Exercício anterior (2021)
	Atividades operacionais		
	Prémios recebidos *	7.599.750,34	4.686.533,41
	Sinistros pagos	(2.432.500,73)	(2.109.014,14)
	Pagamentos comissões	(734.187,90)	(457.165,29)
	Entradas resseguro	109.134,27	78.869,47
	Saídas resseguro	(1.435.109,43)	(1.047.225,17)
	Entradas cosseguro	0,00	0,00
	Saídas cosseguro	0,00	0,00
	Pagamento locações a curto prazo	(1.931,28)	(1.609,41)
	Pagamento locações de ativos de baixo valor		
	Outros recebimentos	34.172,66	18.503,78
	Outros pagamentos	(2.334.925,97)	(2.416.300,44)
	Imposto sobre o rendimento	(10.106,33)	0,00
	Total fluxos operacionais	794.295,63	(1.247.407,79)
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis		
	Depósitos a prazo	(11.000.000,00)	
	Títulos de dívida - compras		
	Títulos de dívida - vendas		
	Instrumentos capital e UP - compras		
	Instrumentos capital e UP - vendas		
	Juros recebidos		
	Dividendos recebidos		
	Total fluxos investimento	(11.000.000,00)	
	Recebimento prestações suplementares	1.300.000,00	
	Pagamento dividendos aos acionistas		
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(6.764,56)	(5.091,78)
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(816,22)	(952,86)
	Total fluxos financiamento	1.292.419,22	(6.044,64)
	Efeito cambial	0,00	0,00
	Aumento caixa	(8.913.285,15)	(1.253.452,43)
	Caixa no início	10.698.409,71	11.951.862,14
3	Caixa no fim	1.785.124,56	10.698.409,71

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



04

Notas às demonstrações financeiras 2022

Índice

1.	Informações Gerais	36
2.	Políticas Contabilísticas	36
3.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	42
4.	Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	43
5.	Ativos sob Direito de Uso	43
6.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	43
7.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	44
8.	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	45
9.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	47
10.	Provisões Técnicas	47
11.	Outros Passivos Financeiros	48
12.	Passivos de Locação	48
13.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	49
14.	Acréscimos e Diferimentos	50
15.	Capital	50
16.	Outros Instrumentos de Capital	50
17.	Reservas	51
18.	Prêmios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	51

19.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	52
20.	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	52
21.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	53
22.	Custos de Aquisição	54
23.	Gastos com o Pessoal	54
24.	Obrigações com Benefícios dos Empregados	55
25.	Gastos Financeiros	56
26.	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	56
27.	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	56
28.	Outros Rendimentos e Gastos	57
29.	Relato por Segmentos	57
30.	Entidades Relacionadas	59
31.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	63
32.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	67
33.	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	69
34.	Elementos Extrapatrimoniais	72
35.	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	72
36.	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	73

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A sociedade, atualmente denominada de MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura em 30 de agosto de 2006, com um capital de 7.500.000,00 Euros, na sequência do despacho de autorização emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de julho, e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro dos ramos Não Vida, podendo ainda exercer as atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro autorizadas por lei.

Em 2020, sustentado na concretização de uma parceria entre os Grupos MAPFRE e Santander, com o objetivo de explorar o canal *bancassurance* em alguns ramos Não Vida, o Grupo MAPFRE, através da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., procedeu à aquisição de uma participação de 50,01% do capital da anterior Popular Seguros, S.A., tendo a Santander Totta Seguros, S.A. reduzido a sua participação para 49,99% e passando a empresa a designar-se de MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

No âmbito da referida parceria, a MAPFRE Santander celebrou, em simultâneo, um acordo de prestação de serviços com a MAPFRE – Seguros Gerais para a gestão técnica e administrativa e um outro com o Banco Santander para a distribuição exclusiva de alguns produtos.

Através destes acordos, combinam-se as principais valências dos dois acionistas – o conhecimento da gestão técnica seguradora por parte da MAPFRE e o potencial da rede de distribuição do Banco Santander – num forte compromisso de longo prazo que promete catapultar a MAPFRE Santander para um patamar relevante no contexto do setor segurador português.

Para além disso, esta forma de organização permite adotar uma estrutura de custos minimalista com benefícios para a sua competitividade, rentabilidade e agilidade na resposta aos desafios que se forem colocando no futuro.

A Companhia tem atualmente o seu domicílio social em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A Companhia exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano 2022, prémios de 6,89 milhões de euros, o que representa um aumento de 62,4% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 1%, Automóvel 78%, Incêndio e Outros Danos 15% e os restantes 6% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2022, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.

2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podiam optar entre a aplicação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2023.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2022, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE, em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 22 de março de 2023.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.4. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações,

o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de julgamentos e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.5. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Desta forma, em passivos financeiros estão registados os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

2.6. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.7. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.8. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo, registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo, incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.9. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

▪ Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

▪ Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

▪ Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica) com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

▪ Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do Ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e para o IDS Devedor.

▪ Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

• Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

▪ Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

▪ Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

▪ Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base nas tabelas de mortalidade 119,63% PERM12_C2 e 119,63% PERF12_C2 e com base na curva livre de risco sem ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para todos os períodos.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 17,74% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,23% sobre o valor de provisões a cada ano projetado.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 31.

g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

No decurso da sua atividade, a Companhia cede negócio. Os valores a receber ou a pagar, relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.10. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a Diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos.
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.11. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

▪ Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 3 de setembro de 2020.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52.ª e 53.ª, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

▪ Plano de benefícios definido

Fruto da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44.ª do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde o dia 3 de setembro de 2020 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.12. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Locações

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) O contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) A Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e
- (iii) A Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar "como" e "com que objetivo" o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o "como" e "com que objetivo" este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciaram, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito

de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros, derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos, no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor (5.000 Euros). A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

2.14. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

b) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

c) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças, resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais”, a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto, geradores de um passivo por impostos diferidos.

3 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2022	2021
Caixa e equivalentes		
Depósitos à ordem	1.785.124,56	10.698.409,71
Total	1.785.124,56	10.698.409,71

4 EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Rubrica	2022	2021
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Depósitos a prazo	11.000.000,00	
Total	11.000.000,00	

Euros

5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e depreciações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Ativos sob Direito de Uso	2022					Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amortização do exercício	
Direito de Uso Imóveis						
Direito de Uso Outros	20.664,86				9.559,79	11.105,07
Total	20.664,86				9.559,79	11.105,07

Euros

Euros

Ativos sob Direito de Uso	2021					Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amortização do exercício	
Direito de Uso Imóveis						
Direito de Uso Outros		27.122,63			6.457,77	20.664,86
Total		27.122,63			6.457,77	20.664,86

A natureza dos “Direito de Uso Outros” corresponde à locação de uma viatura.

6 PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Provisões técnicas - resseguro cedido	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Provisão para prémios não adquiridos	259.811,51	137.172,76		396.984,27
Prémios não adquiridos	308.990,61	144.478,60		453.469,21
Custos de aquisição diferidos	(49.179,10)	(7.305,84)		(56.484,94)
Provisão para sinistros	799.435,24	1.371.930,08	489.252,90	1.682.112,42
Prestações	789.908,39	1.084.560,41	480.075,60	1.394.393,20
IBNR	19.311,47	98.324,72		117.636,19
IBNER	(9.784,62)	189.044,95	9.177,30	170.083,03
Total	1.059.246,75	1.509.102,84	489.252,90	2.079.096,69

Euros

Euros

	2021			
Provisões técnicas - resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	209.338,46	50.473,05		259.811,51
Prémios não adquiridos	210.467,68	98.522,93		308.990,61
Custos de aquisição diferidos	(1.129,22)	(48.049,88)		(49.179,10)
Provisão para sinistros	869.433,27	250.012,60	320.010,63	799.435,24
Prestações	823.728,09	250.012,60	283.832,30	789.908,39
IBNR	45.705,18		26.393,71	19.311,47
IBNER			9.784,62	(9.784,62)
Total	1.078.771,73	300.485,65	320.010,63	1.059.246,75

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

7 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações, líquido de ajustamentos, é decomposto conforme apresentado nas tabelas ao lado:

Euros

	2022		
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	361.640,83	7.237,55	354.403,28
Tomadores de seguros	360.952,18	7.237,55	353.714,63
Mediadores	688,65		688,65
Cosseguradoras			
Contas a receber por operações de resseguro	4.379,69		4.379,69
Contas a receber por outras operações	171.220,65		171.220,65
Empréstimos ao pessoal			
Outras operações com pessoal			
FAT Atualizações/alterações	14.829,10		14.829,10
Empresas do grupo - conta corrente			
IDS - conta corrente	126.745,52		126.745,52
Garantias e cauções	183,31		183,31
Reembolso de Sinistros			
Outros devedores	29.462,72		29.462,72
Total	537.241,17	7.237,55	530.003,62

Euros

	2021		
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade/ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	207.302,24	129,81	207.172,43
Tomadores de seguros	186.893,17	129,81	186.763,36
Mediadores	18.897,02		18.897,02
Cosseguradoras	1.512,05		1.512,05
Contas a receber por operações de resseguro	106.497,09		106.497,09
Contas a receber por outras operações	161.937,68		161.937,68
Empréstimos ao pessoal			
Outras operações com pessoal	45,92		45,92
FAT Atualizações/alterações	14.738,03		14.738,03
Empresas do grupo - conta corrente			
IDS - conta corrente	109.985,00		109.985,00
Garantias e cauções			
Reembolso de Sinistros			
Outros devedores	37.168,73		37.168,73
Total	475.737,01	129,81	475.607,20

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros				
2022				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	129,81	7.107,74		7.237,55
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros				
De mediadores				
De outros devedores				
Total	129,81	7.107,74		7.237,55

Euros				
2021				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros		129,81		129,81
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros				
De mediadores				
De outros devedores				
Total		129,81		129,81

8 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Euros		
Conceito	2022	2021
Ativos por impostos e taxas	1.140.447,37	1.043.357,02
Ativos por impostos (e taxas) correntes	738,00	738,00
Ativos por impostos diferidos	1.139.709,37	1.042.619,02
Passivos por impostos e taxas	145.670,71	99.443,59
Passivos por impostos (e taxas) correntes	145.670,71	99.443,59
Passivos por impostos diferidos		

154%

Aumento do rácio de cobertura do requisito de capital (SCR)

8.1. Impostos Correntes

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros		
Demonstração do gasto por imposto	2022	2021
Resultado antes de imposto	(564.545,76)	(3.613.846,04)
21% do resultado antes de impostos	(118.554,61)	(758.907,67)
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1.800,18	17,84
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios		19,02
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros		,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações		6,98
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	709,49	713,70
Custos extraordinários	17.891,45	15.204,68
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados		(19,02)
Impostos diferidos		
Gasto por imposto IRC	(105.662,62)	(753.579,90)
Derrama		
Tributação autónoma	11.143,28	10.106,33
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	105.662,62	753.579,90
Total de gasto por imposto corrente	11.143,28	10.106,33
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções		
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	11.143,28	10.106,33

8.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Euros						
Impostos Diferidos	Saldo inicial	2022		Diminuições		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração						
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios						
Do reconhecimento de imparidade sem títulos rendimento variável						
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	1.042.619,02	105.662,62		(8.572,27)		1.139.709,37
Total	1.042.619,02	105.662,62		(8.572,27)		1.139.709,37

Euros						
Impostos Diferidos	Saldo inicial	2021		Diminuições		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração						
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios						
Do reconhecimento de imparidade sem títulos rendimento variável						
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	289.039,12	753.579,90				1.042.619,02
Total	289.039,12	753.579,90				1.042.619,02

9 AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, de 2022 e de 2021, demonstra-se no quadro abaixo:

Euros				
2022				
Conceito	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		1.785.124,56		1.785.124,56
Empréstimos concedidos e contas a receber		11.000.000,00		11.000.000,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	136,00	2.078.960,69		2.079.096,69
Créditos sobre tomadores de seguros	2.082,09	351.632,54		353.714,63
Outros ativos	4.986,48	471.349,94		476.336,42
Total	7.204,57	15.687.067,73		15.694.272,30

Euros				
2021				
Conceito	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		10.698.409,71		10.698.409,71
Provisões técnicas de resseguro cedido	101,14	1.059.145,61		1.059.246,75
Créditos sobre Tomadores de Seguros	966,20	185.797,16		186.763,36
Outros ativos	3.225,90	442.444,38		445.670,28
Total	4.293,24	12.385.796,86		12.390.090,10

10 PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros				
2022				
Provisões técnicas - seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	1.540.846,33	939.869,48		2.480.715,81
Prémios não adquiridos	1.986.516,61	970.535,62		2.957.052,23
Custos de aquisição diferidos	(445.670,28)	(30.666,14)		(476.336,42)
Provisão para sinistros	4.189.569,68	5.097.612,29	2.986.936,66	6.300.245,31
- De acidentes de trabalho	296.054,33	58.441,71	32.479,25	322.016,79
Provisão matemática	255.100,83	(13.823,54)	14.111,67	227.165,62
Pensões	239.366,90	(24.532,20)	21.685,06	193.149,64
Assistência vitalícia		12.870,82		12.870,82
FAT	9.535,96	(2.162,16)		7.373,80
IBNR	6.197,97		(7.573,39)	13.771,36
Outras prestações e custos	37.370,47	72.265,25	15.972,53	93.663,19
Outras prestações	27.331,68	31.193,96	15.972,53	42.553,11
IBNR	2.513,42	211,98		2.725,40
IBNER	7.525,37	40.859,31		48.384,68
Custos de gestão de sinistros	3.583,03		2.395,05	1.187,98
- De outros seguros	3.893.515,35	5.039.170,58	2.954.457,41	5.978.228,52
Prestações e custos	3.779.371,08	4.894.817,16	2.954.170,42	5.720.017,82
Prestações	2.791.962,77	4.208.215,37	2.729.946,29	4.270.231,85
IBNR	188.033,68	242.027,46	41.612,41	388.448,73
IBNER	799.374,63	444.574,33	182.611,72	1.061.337,24
Custos de gestão de sinistros	114.144,27	144.353,42	286,99	258.210,70
Provisão para desvios de sinistralidade	148.046,17	14.419,46		162.465,63
Provisão para riscos em curso	1.554.213,38	(713.542,09)		840.671,29
Total	7.432.675,56	5.338.359,14	2.986.936,66	9.784.098,04

Euros

Provisões técnicas - seguro direto	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Provisão para prémios não adquiridos	1.087.251,06	453.595,27		1.540.846,33
Prémios não adquiridos	1.203.474,11	783.042,50		1.986.516,61
Custos de aquisição diferidos	(116.223,05)	(329.447,23)		(445.670,28)
Provisão para sinistros	3.047.547,88	3.763.370,76	2.621.348,96	4.189.569,68
- De acidentes de trabalho	370.062,73	125.149,59	199.157,99	296.054,33
Provisão matemática	230.069,16	100.065,97	75.034,30	255.100,83
Pensões	225.069,16	90.530,01	76.232,27	239.366,90
Assistência vitalícia				
FAT		9.535,96		9.535,96
IBNR	5.000,00	,00	(1.197,97)	6.197,97
Outras prestações e custos	133.046,71	25.083,62	120.759,86	37.370,47
Outras prestações	20.314,78	25.083,62	18.066,72	27.331,68
IBNR	14.731,93		12.218,51	2.513,42
IBNER	98.000,00		90.474,63	7.525,37
Custos de gestão de sinistros	6.946,86		3.363,83	3.583,03
- De outros seguros	2.677.485,15	3.638.221,17	2.422.190,97	3.893.515,35
Prestações e custos	2.627.009,25	3.556.151,03	2.403.789,20	3.779.371,08
Prestações	2.269.780,71	2.798.937,29	2.276.755,23	2.791.962,77
IBNR	263.228,54	23.898,22	99.093,08	188.033,68
IBNER	94.000,00	733.315,52	27.940,89	799.374,63
Custos de gestão de sinistros	50.475,90	82.070,14	18.401,77	114.144,27
Provisão para desvios de sinistralidade	136.545,49	11.500,68		148.046,17
Provisão para riscos em curso	275.444,59	1.278.768,79		1.554.213,38
Total	4.546.789,02	5.507.235,50	2.621.348,96	7.432.675,56

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de “Provisão para prémios não adquiridos (variação)” e “Custos de aquisição diferidos (variação)”, respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)”, da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2022 e de 2021, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

11 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2022	2021
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores		
Total		

12 PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Passivos de Locação apresentam os seguintes movimentos:

Passivos de locação	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	
Passivos de locação – Imóveis						
Passivos de locação – Outros	21.077,99		6.764,56	816,22		13.497,21
Total	21.077,99		6.764,56	816,22		13.497,21

Euros

2021						
Passivos de locação	Saldo inicial	Novas locações/ atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis						
Passivos de locação - Outros		27.122,63	5.091,78	952,86		21.077,99
Total		27.122,63	5.091,78	952,86		21.077,99

No quadro abaixo apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros

2022					
Análise Maturidade - Fluxos caixa contratuais não descontados					
Passivos de locação	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos	Total fluxos	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis					
Passivos de locação - Outros	8.397,00	5.621,33		14.018,33	13.497,21
Total	8.397,00	5.621,33		14.018,33	13.497,21

Euros

2021					
Análise Maturidade - Fluxos caixa contratuais não descontados					
Passivos de locação	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos	Total fluxos	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis					
Passivos de locação - Outros	8.397,00	14.018,33		22.415,33	21.077,99
Total	8.397,00	14.018,33		22.415,33	21.077,99

13 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Euros

Rubrica	2022	2021
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	147.629,99	155.547,19
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	54.880,84	53.924,26
Mediadores	92.749,15	79.585,73
Cosseguradoras		22.037,20
Outros saldos credores por operações de seguro direto		
Contas a pagar por operações de resseguro	130.456,16	85.321,77
Contas a pagar por outras operações	33.280,34	14.794,84
Fornecedores	11.036,99	13.847,51
FAT recebimentos		
Empresas do grupo - conta corrente		
Outros credores	22.243,35	947,33
Total	311.366,49	255.663,80

14 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	2022	2021
Acréscimos de gastos com o pessoal	39.827,75	39.725,93
Subsídio de férias e mês de férias	11.278,36	11.196,74
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	28.549,39	28.529,19
Outros acréscimos de gastos	75.557,24	102.912,38
Incentivos a mediadores		40.000,00
Trabalhos especializados	34.302,24	25.799,25
Outros acréscimos	41.255,00	37.113,13
Total	115.384,99	142.638,31

15 CAPITAL

15.1. Composição do Capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2022, é de 7.500.000,00 euros, dividido em 1.500.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada, repartido da seguinte forma:

Entidade Acionista	2022		2021	
	N.º de Ações	Valor	N.º de Ações	Valor
MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.	750.150	3.750.750,00	750.150	3.750.750,00
Santander Totta Seguros - Companhia Seguros Vida, S.A.	749.850	3.749.250,00	749.850	3.749.250,00
Total	1.500.000	7.500.000,00	1.500.000	7.500.000,00

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação de propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2022, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

No exercício de 2022, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

15.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2022	2021
Resultado líquido	(470.026,42)	(2.870.372,47)
Numero médio de ações	1.500.000,00	1.500.000,00
Resultado por ação (em euros)	(,31)	(1,91)

15.3. Dividendos por ação

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propõe que o resultado negativo do exercício de 2022, no montante de -470.026,42 euros (quatrocentos e setenta mil e vinte e seis euros e quarenta e dois cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados: -470.026,42 euros

16 OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Com o intuito de reforçar o capital e consequentemente a Margem de Solvência da companhia, o Conselho de Administração propôs, tendo a mesma sido aprovada em Assembleia Geral em julho/2022, uma dotação adicional de fundos próprios

de 1,3 milhões de euros a ser subscrita pelos acionistas na proporção da sua participação no capital. De entre os mecanismos de dotação possíveis, foi adotada a modalidade de “Prestações Suplementares”.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Entidade acionista	2022	2021
MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.	650.130,00	
Santander Totta Seguros - Companhia Seguros Vida, S.A.	649.870,00	
Total	1.300.000,00	

17 RESERVAS

No quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2022 e de 2021 em cada uma das reservas:

Euros				
Demonstração das Variações das Reservas	2022			
	Saldo inicial	Aumentos/diminuições	Imparidades/reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação				
Ações/Unidades de participação fundos investimento				
Títulos de rendimento fixo				
Reserva por impostos diferidos				
Outras reservas	570.021,80			570.021,80
Reserva legal	570.021,80			570.021,80
Prémios de emissão				
Outras reservas				
Resultados transitados	146.136,96	(2.870.372,47)		(2.724.235,51)
Total	716.158,76	(2.870.372,47)		(2.154.213,71)

Euros				
Demonstração das Variações das Reservas	2021			
	Saldo inicial	Aumentos/diminuições	Imparidades/reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação				
Ações/Unidades de participação fundos investimento				
Títulos de rendimento fixo				
Reserva por impostos diferidos				
Outras reservas	570.021,80			570.021,80
Reserva legal	570.021,80			570.021,80
Prémios de emissão				
Outras reservas				
Resultados transitados	1.293.978,62	(1.147.841,66)		146.136,96
Total	1.864.000,42	(1.147.841,66)		716.158,76

18 PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A Companhia encerrou o exercício de 2022 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 6.885.305,06 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Conceito	2022	2021
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	6.885.305,06	4.239.187,35
Prémios de resseguro cedido	1.755.521,97	1.175.167,13
Prémios líquidos de resseguro	5.129.783,09	3.064.020,22
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	970.535,62	783.042,50
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	144.478,60	98.522,93
Prémios não adquiridos (variação)	826.057,02	684.519,57
Total	4.303.726,07	2.379.500,65

Euros

Conceito	2022	2021
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	6.885.305,06	4.239.187,35
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	970.535,62	783.042,50
Prémios brutos adquiridos	5.914.769,44	3.456.144,85
Prémios de resseguro cedido	1.755.521,97	1.175.167,13
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	144.478,60	98.522,93
Prémios de resseguro cedido adquiridos	1.611.043,37	1.076.644,20
Total	4.303.726,07	2.379.500,65

19 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2022	2021
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	2.988.230,75	2.102.704,22
Montantes brutos	3.468.306,35	2.386.536,52
Parte dos resseguradores	480.075,60	283.832,30
Provisão para sinistros (variação)	1.227.998,45	1.212.019,83
Montantes brutos	2.110.675,63	1.142.021,80
Parte dos resseguradores	882.677,18	(69.998,03)
Total	4.216.229,20	3.314.724,05

Euros

Conceito	2022	2021
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	5.578.981,98	3.528.558,32
Montantes pagos	3.468.306,35	2.386.536,52
Provisão para sinistros (variação)	2.110.675,63	1.142.021,80
Custos com sinistros parte dos resseguradores	1.362.752,78	213.834,27
Montantes pagos	480.075,60	283.832,30
Provisão para sinistros (variação)	882.677,18	(69.998,03)
Total	4.216.229,20	3.314.724,05

20 OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros

Conceito	2022			2021		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Liquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Liquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	14.419,46		14.419,46	11.500,68		11.500,68
Provisão para riscos em curso	(713.542,09)		(713.542,09)	1.278.768,79		1.278.768,79
Total	(699.122,63)		(699.122,63)	1.290.269,47		1.290.269,47

21 CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

21.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2022 e de 2021:

Rubrica	2022	2021
Pessoal	170.333,75	172.214,45
Viagens e relações públicas	22.289,70	16.642,76
Imóveis		
Informática	6.962,91	375.904,59
Publicidade	89.655,53	92.847,79
Campanhas comerciais	35.219,55	31.608,75
Serviços profissionais externos	997.625,21	803.651,47
Outros gastos internos	142.846,27	172.467,52
Total	1.464.932,92	1.665.337,33

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2022 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2022	2021
Serviços de revisão legal de contas	19.510,00	33.375,00
Outros serviços decorrentes da função de Revisor Oficial de Contas		
Outros serviços	11.350,00	6.850,00
Total	30.860,00	40.225,00

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

Âmbito	2022	2021
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	816,22	952,86
Gastos relativos a locações de curta duração	1.931,28	1.609,41
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração		
Total	2.747,50	2.562,27

No exercício de 2022, as quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 1.931,28 euros, sendo relacionadas com aluguer de viaturas.

21.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Tendo em conta que 2021 ainda foi um ano de transição entre os serviços prestados pela Santander Totta Seguros e a prestação de serviços pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., no que à gestão técnica e administrativa diz respeito, decidiu-se manter em 2021 a matriz de repartição que já vinha sendo utilizada. Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais, passa pelo apuramento do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos).

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros				
2022				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	45.431,05	121.154,94	3.747,76	170.333,75
Fornecimentos e serviços externos	659.918,63	572.134,58	4.632,38	1.236.685,59
Impostos e taxas	12.632,22	33.877,99	1.027,36	47.537,57
Amortizações do exercício	2.548,82	6.804,11	206,86	9.559,79
Outras provisões				
Juros suportados	218,22	579,98	18,02	816,22
Comissões				
Total	720.748,94	734.551,60	9.632,38	1.464.932,92

Euros				
2021				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal		172.214,45		172.214,45
Fornecimentos e serviços externos	213.434,83	1.159.662,32	49.801,29	1.422.898,44
Impostos e taxas	4.268,93	23.192,84	995,92	28.457,69
Amortizações do exercício	968,66	5.263,10	226,01	6.457,77
Outras provisões				
Juros suportados			952,86	952,86
Comissões			34.356,12	34.356,12
Total	218.672,42	1.360.332,71	86.332,20	1.665.337,33

16,55 M€
Crescimento do Ativo em 2022

22 CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados nos exercícios de 2022 e 2021, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Euros		
Custos de aquisição	2022	2021
Custos imputados	363.746,99	510.235,29
Comissões de mediação	783.851,25	472.425,83
Outros	(40.000,00)	21.147,90
Total	1.107.598,24	1.003.809,02

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

23 GASTOS COM O PESSOAL

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2022, é de 1, igual ao exercício anterior, tendo o colaborador a categoria profissional de Diretor.

Os gastos com pessoal, registados nos exercícios de 2022 e de 2021, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Euros		
Rubrica	2022	2021
Remunerações	136.392,35	139.157,31
Dos órgãos sociais	19.046,76	20.541,68
Do pessoal	117.345,59	118.615,63
Encargos sobre remunerações	29.760,05	29.106,37
Benefícios pós-emprego	1.005,00	1.059,69
Planos de contribuição definida	1.005,00	1.059,69
Planos de benefícios definidos		
Benefícios de cessação de emprego		90,55
Seguros obrigatórios	2.821,36	2.283,03
Gastos de ação social	120,00	360,00
Outros gastos com o pessoal	234,99	157,50
Total	170.333,75	172.214,45

O Conselho de Administração da MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. é composto por seis membros, sendo que três, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros três membros são administradores pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo Santander.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

24 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Mas em 2020, foi celebrado um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de 3 anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e os sindicatos (STAS, SISEP e SINAPSA) representativos do setor.

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para este acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

24.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

O disposto neste ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52.º do ACT.

Este plano individual de reforma, deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2022 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

	Euros	
Conceito	2022	2021
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	1.005,00	1.059,69
Total	1.005,00	1.059,69

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo VII do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 1 colaborador que preenche os requisitos e aderiu ao ACT/2020.

25 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem unicamente os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos.

2022				Euros
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total	
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	9.632,38		9.632,38	
Gasto custo amortizado				
Total	9.632,38		9.632,38	

2021				Euros
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total	
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	86.332,20		86.332,20	
Gasto custo amortizado				
Total	86.332,20		86.332,20	

26 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais		Euros
	2022	2021	
Outros rendimentos/Gastos técnicos, líquidos de resseguro			
Outros gastos técnicos	(579,66)	(3.164,83)	
Comissões de gestão de cosseguro			
Outros	(579,66)	(3.164,83)	
Outros rendimentos técnicos	205,86	(3,38)	
Outros	205,86	(3,38)	
Total	(373,80)	(3.168,21)	

27 AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais		Euros
	2022	2021	
Ajustamentos do exercício			
Ajustamentos de recibos por cobrar	7.107,74	129,81	
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa			
Total	7.107,74	129,81	

28 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Nos exercícios de 2022 e de 2021, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Operações gerais	
	2022	2021
Outros rendimentos/Gastos		
Outros gastos	(93.189,99)	(69.356,57)
Gastos e perdas não correntes	(93.189,99)	(69.317,59)
Multas e penalidades	-	-
Outros gastos	(93.189,99)	(69.317,59)
Gastos e perdas financeiras	-	(38,98)
Juros suportados	-	(33,24)
Outros gastos e perdas financeiras	-	(5,74)
Outros rendimentos	38.993,24	56.148,12
Rendimentos e ganhos não correntes	247,52	53.965,81
Outros	247,52	53.965,81
Rendimentos e ganhos financeiros	2.987,96	123,89
Juros compensatórios	13,28	20,43
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2.974,68	103,46
Outros	35.757,76	2.058,42
Total	(54.196,75)	(13.208,45)

Euros

29 RELATO POR SEGMENTOS

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2022 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2022			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
1,2%	77,7%	15,1%	6,0%
2021			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
1,0%	72,2%	19,6%	7,2%

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros					
2022					
Seguro direto					
Conceito	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	2.480.715,81	32.150,92	2.012.024,13	310.799,16	125.741,60
Provisão p/ sinistros	6.300.245,31	322.016,79	5.275.967,41	646.624,64	55.636,47
Provisão p/ desv. de sinistralidade	162.465,63			162.465,63	
Provisão p/ riscos em curso	840.671,29	89.778,41	667.642,57	83.250,31	
Total	9.784.098,04	443.946,12	7.955.634,11	1.203.139,74	181.378,07

Euros					
2021					
Seguro direto					
Conceito	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	1.540.846,33	14.220,89	1.240.769,19	212.381,03	73.475,22
Provisão p/ sinistros	4.189.569,68	296.054,33	3.418.377,18	348.603,37	126.534,80
Provisão p/ desv. de sinistralidade	148.046,17	-	-	148.046,17	-
Provisão p/ riscos em curso	1.554.213,38	40.900,23	1.133.515,58	315.658,79	64.138,78
Total	7.432.675,56	351.175,45	5.792.661,95	1.024.689,36	264.148,80

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Euros					
2022					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4.303.726,07	29.501,13	3.639.807,04	308.656,25	325.761,65
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	4.216.229,20	69.256,38	3.752.003,56	406.490,54	(11.521,28)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	(699.122,63)	48.878,18	(465.873,01)	(217.989,02)	(64.138,78)
Custos e gastos de exploração líquidos	1.279.854,59	18.143,71	1.060.634,46	71.575,33	129.501,09
Rendimentos					
Gastos financeiros	9.632,38	187,65	7.684,21	1.034,07	726,45
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquido de resseguro	(373,80)	(10,31)	(281,45)	(51,13)	(30,91)
Resultado técnico	(503.241,27)	(106.975,10)	(714.923,63)	47.494,20	271.163,26
Rendimentos					
Gastos financeiros					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outras provisões (variação)	7.107,74				
Outros rendimentos/gastos	(54.196,75)				
Resultado não técnico	(61.304,49)				
Resultado antes de impostos	(564.545,76)				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	11.143,28				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	(105.662,62)				
Resultado líquido do exercício	(470.026,42)				

Conta de ganhos e perdas	2021				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.379.500,65	44.282,11	1.851.465,10	237.992,51	245.760,93
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3.314.724,05	3.615,85	2.833.652,53	256.907,25	220.548,42
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	1.290.269,47	40.900,23	1.095.119,31	107.820,16	46.429,77
Custos e gastos de exploração líquidos	1.285.514,50	97.091,62	741.086,51	347.603,49	99.732,88
Rendimentos					
Gastos financeiros	86.332,20	3.514,42	34.104,61	28.830,43	19.882,74
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquido de resseguro	(3.168,21)	(86,03)	(2.343,24)	(485,17)	(253,77)
Resultado técnico	(3.600.507,78)	(100.926,04)	(2.854.841,10)	(503.653,99)	(141.086,65)
Rendimentos					
Gastos financeiros					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
Outras provisões (variação)	129,81				
Outros rendimentos/gastos	(13.208,45)				
Resultado não técnico	(13.338,26)				
Resultado antes de impostos	(3.613.846,04)				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	10.106,33				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	(753.579,90)				
Resultado líquido do exercício	(2.870.372,47)				

Nos exercícios de 2022 e de 2021, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

30 ENTIDADES RELACIONADAS

30.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE foi constituída, em 1933, como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era **a primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e o grupo segurador líder na **América Latina**. É um dos **10 maiores grupos europeus** em volume de negócio.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes**, **31.000 empregados**, **5.000 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **83.000 mediadores**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. é detida a 50,01% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

Os restantes 49,99% são detidos pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., que por sua vez é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, S.A., a qual é diretamente dominada pela sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,85%. Por sua vez a sociedade Santusa é detida em 69,76% pelo Banco Santander, S.A. que assim é, indiretamente dominante da Santander Totta Seguros.

30.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

30.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

7.500.000 €

É o capital social da MAPFRE Santander Portugal

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

GRUPO MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. E MAPFRE –SEGUROS DE VIDA, S.A.
Inês Oom Ferreira Sousa	SANTANDER TOTTA SEGUROS – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.; AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.; AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.; FUNDAÇÃO SANTANDER PORTUGAL
Alberto Axpe	
Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro	
Francisco del Cura Ayuso	BANCO SANTANDER TOTTA SEGUROS – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.; AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. E AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
Armindo Alberto Bordalo Escalda	SANTANDER TOTTA SEGUROS – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.; AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.; AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

30.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais, efetuadas entre entidades relacionadas, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2022	2021	2022	2021
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	1.580.292,98	528.128,59		1.721,08
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários				
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	48.020,23	32.066,18		
Total	1.628.313,21	560.194,77		1.721,08

Euros

Euros

Operações Gerais

Conceito	2022	2021
Saldos a receber e a pagar	(57.765,21)	(31.794,73)
Depósitos		
Total	(57.765,21)	(31.794,73)

As operações de resseguro, efetuadas entre entidades relacionadas, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Resseguro cedido

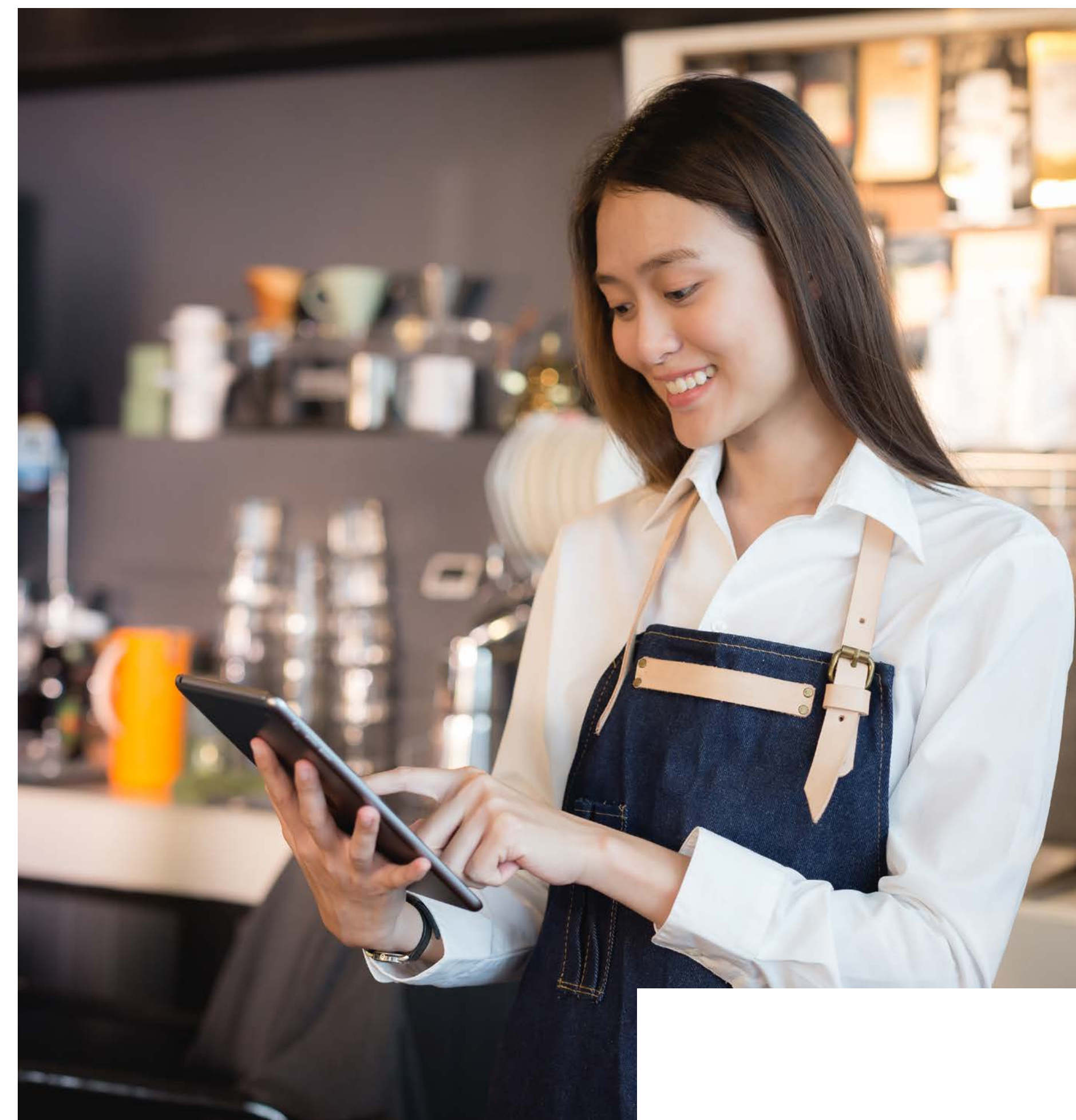
Conceito	2022	2021
Prémios	1.743.000,04	845.049,72
Sinistros recebidos	433.168,06	130.464,71
Variação de provisões técnicas	653.239,79	33.933,24
Comissões	160.498,59	51.041,73

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades relacionadas, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Resseguro cedido

Conceito	2022	2021
Saldos a receber e a pagar	(129.274,67)	(84.440,56)
Depósitos recebidos de resseguradores		
Provisões técnicas	1.081.686,55	291.924,95
Total	952.411,88	207.484,39



Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2022	Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas		Balço	Custo	Proveito		
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros			Juros	Provisões técnicas
EM PORTUGAL											
MAPFRE - SEGUROS GERAIS	Seguradora/segurado									3.511,90	
	Prestação serviços gestão sinistros e administrativa									843.176,17	
	Outros custos/proveitos									23.108,79	
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		0,00								
MAPFRE - SEGUROS DE VIDA	Seguradora/segurado									2.503,90	
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		(1.005,00)								
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/segurado										
	Resseguradora			(64.316,78)	(583.307,83)	(36,06)	300.423,29	0,00	252.296,78		
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		0,00								
MAPFRE RE	Seguradora/segurado										
	Outros custos/proveitos		0,00							2.890,68	
	Resseguradora			(3.777,93)	15.347,28	2.710,78	0,00	0,00	3.241,67		
BANCO SANTANDER TOTTA	Serviços bancários	1.785.124,56								48.020,23	
	Mediação de seguros		(56.760,21)							705.101,54	
EM ESPANHA											
MAPFRE ESPAÑA	Resseguradora			0,00	432.105,50	0,00	480.869,37	0,00	480.869,37		
MAPFRE RE	Resseguradora	0,00		(61.179,96)	712.239,43	157.923,87	305.115,19	0,00	345.278,73		
	Outros custos/proveitos		0,00								
Total		1.785.124,56	(57.765,21)	(129.274,67)	1.743.000,04	160.498,59	1.086.407,85	0,00	1.081.686,55	1.628.313,21	0,00

31 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

31.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de um ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2022	2021	2022	2021
	Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	59.147,69	34.561,45	43.037,26
Índice de volatilidade do rácio combinado	28,8%	32,3%	38,6%	42,0%

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Variação	2022		2021	
	Impacto no resultado antes de impostos			
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	19.203,81			
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	(23.270,69)			

Variação	2021		2020	
	Impacto no resultado antes de impostos			
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	28.621,41			
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	(35.182,49)			

c) Alteração da longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Variação	2022		2021	
	Impacto no resultado antes de impostos			
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(4.923,39)			
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	4.442,93			

Variação	2021		2020	
	Impacto no resultado antes de impostos			
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(7.116,75)			
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	6.399,52			

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Rubrica	2022				
	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	83.326,83	5.349.777,48	1.039.755,80	412.444,95	6.885.305,06
Prémios de resseguro cedido	34.201,71	935.304,30	718.571,97	67.443,99	1.755.521,97
% Média de retenção	59%	83%	31%	84%	75%

Rubrica	2021				
	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	43.446,99	3.061.327,39	830.284,02	304.128,95	4.239.187,35
Prémios de resseguro cedido	3.068,44	543.931,91	584.221,12	43.945,66	1.175.167,13
% Média de retenção	93%	82%	30%	86%	72%

Euros

		2022				
Contratos de Resseguro		Automóvel	Incêndio e outros danos	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Responsabilidade civil
Proporcional	Quota parte	•	•	•	•	•
	Excedente		•			
	Facultativo		•			•
Não Proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	•	•	•	•	•
	Facultativo					•

Em relação a duas outras medidas de concentração, geográfica e de moeda, todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

e) Sinistros efetivos/estimados

O valor de 193.149,64 euros, referente às provisões matemáticas de pensões de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros”, apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

		2022		
		Provisão matemática - Pensões		
Ano de ocorrência dos sinistros	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2017 e anteriores	173.923,02		2.055,30	175.978,32
2018				
2019				
2020				
2021			7.424,17	7.424,17
2022			9.747,15	9.747,15
Total	173.923,02		19.226,62	193.149,64

2021

		2021		
		Provisão matemática - Pensões		
Ano de ocorrência dos sinistros	Conciliadas/ Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2016 e anteriores	27.248,88		1.712,82	28.961,70
2017	202.727,89			202.727,89
2018				
2019				
2020				
2021			7.677,31	7.677,31
TOTAL	229.976,77		9.390,13	239.366,90

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 9.949,38 euros. No quadro abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

		2022	
		Montantes pagos - Pensões	
Ano de ocorrência dos sinistros	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2017 e anteriores	9.949,38		9.949,38
2018			
2019			
2020			
2021			
2022			
Total	9.949,38		9.949,38

Euros

Ano de ocorrência dos sinistros	2021		
	Montantes pagos - Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2016 e anteriores	3.419	22.758,84	26.177,84
2017	(9.322,18)	13.309,31	3.987,13
2018	3.249,95	5.364,32	8.614,27
2019	7.063,58	7.624,31	14.687,89
2020			
2021			
Total	4.410,35	49.056,78	53.467,13

31.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

▪ Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 91% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 9% tem pagamento direto por parte dos tomadores de seguro. A intervenção por parte dos mediadores é muito diminuta, recorde-se que praticamente toda a carteira da Companhia provém do canal *bancassurance* onde a domiciliação bancária assume uma prevalência elevada. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

▪ Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na Companhia não dispõem de capacidade de cobrança, pelo que o risco de crédito dos mediadores de seguro é diminuto.

▪ Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2022	2021
Provisão para sinistros	1.682.112,42	799.435,24
Dívidas por operações de resseguro cedido	(130.456,16)	(85.321,77)
Créditos por operações de resseguro cedido	4.379,69	106.497,09
Total posição líquida	1.556.035,95	820.610,56

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Euros

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2022	2021
AAA		
AA	376.554,31	411.803,19
A	887.382,73	292.783,43
BBB		
BB		
Sem qualificação	292.098,91	116.023,94
Total posição líquida	1.556.035,95	820.610,56

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Euros

Cosseguro	Valor contabilístico	
	2022	2021
Créditos por operações de cosseguro		1.512,05
Dívidas por operações de cosseguro		(22.037,20)
Total posição líquida		(20.525,15)

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Aliás, no fim de 2022, a Companhia manteve os seus investimentos financeiros constituídos apenas por depósitos bancários, tendo em conta o baixo nível das taxas de juro e reduzida dimensão da carteira.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Conceito	2022							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Seguro direto		Após o 5.º ano		
				4.º ano	5.º ano			
Provisão para sinistros	2.199.224,08	1.032.668,38	819.197,61	589.755,25	356.742,48	1.373.810,72	6.371.398,52	
Acidentes de Trabalho*	81.380,53	39.125,23	23.196,37	20.026,92	19.647,93	209.793,02	393.170,00	
Outros Seguros	2.117.843,55	993.543,15	796.001,24	569.728,33	337.094,55	1.164.017,70	5.978.228,52	
Provisão para desvios de sinistralidade						162.465,63	162.465,63	
Provisão para riscos em curso	318.928,80	201.579,40	69.851,99	73.736,01	56.252,75	120.322,34	840.671,29	
Dividas por operações de seguro direto	147.629,99						147.629,99	
Dividas por operações de resseguro	130.456,16						130.456,16	
Total posição líquida	2.796.239,03	1.234.247,78	889.049,60	663.491,26	412.995,23	1.656.598,69	7.652.621,59	

* Valores apresentados sem desconto

Conceito	2021							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Seguro direto		Após o 5.º ano		
				4.º ano	5.º ano			
Provisão para sinistros	2.049.828,89	1.026.341,11	502.609,32	249.891,59	99.190,80	275.970,86	4.203.832,57	
Acidentes de Trabalho*	42.018,12	26.933,75	18.484,34	13.980,81	11.933,02	196.967,18	310.317,22	
Outros Seguros	2.007.810,77	999.407,36	484.124,98	235.910,78	87.257,78	79.003,68	3.893.515,35	
Provisão para desvios de sinistralidade						148.046,17	148.046,17	
Provisão para riscos em curso	669.764,31	441.825,44	172.794,87	104.720,74	102.980,16	62.127,86	1.554.213,38	
Dividas por operações de seguro direto	155.547,19						155.547,19	
Dividas por operações de resseguro	85.321,77						85.321,77	
Total posição líquida	2.960.462,16	1.468.166,55	675.404,19	354.612,33	202.170,96	486.144,89	6.146.961,08	

* Valores apresentados sem desconto

31.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

31.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Rácios	2022				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	94,3%	108,8%	106,9%	74,9%	-2,9%
Rácio de custos de exploração	24,5%	28,5%	23,7%	24,3%	33,0%
Rácio combinado	118,8%	137,3%	130,6%	99,2%	30,1%
Rácio operacional	119,0%	137,6%	130,8%	99,3%	30,3%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	98,0%	234,8%	103,1%	131,7%	-3,5%
Rácio de custos de exploração	29,7%	61,5%	29,1%	23,2%	39,8%
Rácio combinado	127,7%	296,3%	132,2%	154,9%	36,2%
Rácio operacional	127,9%	296,9%	132,4%	155,2%	36,4%

Rácios	2021				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	102,1%	7,6%	125,8%	49,7%	70,7%
Rácio de custos de exploração	44,1%	204,7%	31,9%	59,1%	74,7%
Rácio combinado	146,2%	212,3%	157,6%	108,8%	145,5%
Rácio operacional	148,7%	219,7%	159,1%	112,4%	152,2%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	139,3%	8,2%	153,0%	107,9%	89,7%
Rácio de custos de exploração	54,0%	219,3%	40,0%	146,1%	40,6%
Rácio combinado	193,3%	227,4%	193,1%	254,0%	130,3%
Rácio operacional	197,0%	235,4%	194,9%	266,1%	138,4%

31.5. Montantes recuperáveis

Não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

32 DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

32.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Atualmente, tendo em conta a dimensão da carteira da Companhia e baixo nível das taxas de juro, os investimentos financeiros são constituídos apenas por depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta, S.A.

32.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento da contraparte, relativamente às suas obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente na carteira de

investimentos, mais em concreto nos depósitos à ordem, onde os mesmos estão constituídos exclusivamente no Banco Santander Totta, SA, tendo o mesmo uma classificação creditícia de BBB segundo a Fitch Ratings.

b) Risco de câmbio

O Risco de câmbio, que se traduz numa eventual perda resultante de uma alteração das taxas de câmbio inerente aos instrumentos financeiros, é nulo. Isto porque, a carteira de investimentos se resume aos depósitos à ordem e não há contas bancárias em moeda estrangeira.

c) Risco de mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro e preços de ações.

Tal como referido anteriormente, tendo em conta que a carteira de investimentos se resume aos depósitos à ordem e a prazo, não existe exposição ao risco de mercado.

d) Risco de concentração

Podemos assumir um risco de concentração, dado que todos os depósitos à ordem e a prazo estão constituídos junto do Banco Santander Totta, S.A.

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O *gap* existente nos anos futuros, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado, dado que como a carteira de investimentos se resume aos depósitos à ordem e a prazo, os mesmos têm uma elevada liquidez.

Conceito	2022								Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado		
Seguro direto									
Ativo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.785.124,56								1.785.124,56
Ativos financeiros disponíveis para venda									-
Emp. concedidos e contas a rec.	11.000.000								11.000.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	354.403,28								354.403,28
Contas a receber p/ operações de resseguro	4.379,69								4.379,69
Total do ativo	13.143.907,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.143.907,53
Passivo									
Provisão para sinistros	2.199.224,08	1.032.668,38	819.197,61	589.755,25	356.742,48	1.373.810,72			6.371.398,52
Acidentes de Trabalho *	81.380,53	39.125,23	23.196,37	20.026,92	19.647,93	209.793,02			393.170,00
Outros Seguros	2.117.843,55	993.543,15	796.001,24	569.728,33	337.094,55	1.164.017,70			5.978.228,52
Provisão para desvios de sinistralidade						162.465,63			162.465,63
Provisão para riscos em curso	318.928,80	201.579,40	69.851,99	73.736,01	56.252,75	120.322,34			840.671,29
Dividas por operações de seguro direto	147.629,99								147.629,99
Dividas por operações de resseguro	130.456,16								130.456,16
Total do passivo	2.796.239,03	1.234.247,78	889.049,60	663.491,26	412.995,23	1.656.598,69			7.652.621,59
Total do ativo-passivo	10.347.668,50	(1.234.247,78)	(889.049,60)	(663.491,26)	(412.995,23)	(1.656.598,69)			5.491.285,94

* Valores apresentados sem desconto

Conceito	2021								Saldo final	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Seguro direto		5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10.698.409,71									10.698.409,71
Ativos financeiros disponíveis para venda										
Emp. concedidos e contas a rec.	0,00									
Contas a receber p/ operações de seguro direto	207.172,43									207.172,43
Contas a receber p/ operações de resseguro	106.497,09									106.497,09
Total do ativo	11.012.079,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.012.079,23
Passivo										
Provisão para sinistros	2.049.828,89	1.026.341,11	502.609,32	249.891,59	99.190,80	275.970,86				4.203.832,57
Acidentes de Trabalho *	42.018,12	26.933,75	18.484,34	13.980,81	11.933,02	196.967,18				310.317,22
Outros Seguros	2.007.810,77	999.407,36	484.124,98	235.910,78	87.257,78	79.003,68				3.893.515,35
Provisão para desvios de sinistralidade						148.046,17				148.046,17
Provisão para riscos em curso	669.764,31	441.825,44	172.794,87	104.720,74	102.980,16	62.127,86				1.554.213,38
Dividas por operações de seguro direto	155.547,19									155.547,19
Dividas por operações de resseguro	85.321,77									85.321,77
Total do passivo	2.960.462,16	1.468.166,55	675.404,19	354.612,33	202.170,96	486.144,89				6.146.961,08
Total do ativo-passivo	8.051.617,07	(1.468.166,55)	(675.404,19)	(354.612,33)	(202.170,96)	(486.144,89)				4.865.118,15

* Valores apresentados sem desconto

33 DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

33.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

Tal como referido, no âmbito da parceria, a Companhia celebrou com a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. um acordo de prestação de serviços para a gestão técnica e administrativa, a qual abrange a Gestão de Riscos e Gestão de Capital, pelo que todo o sistema de gestão de riscos, políticas e processos, com as devidas adaptações, assenta no que é seguido pelo grupo MAPFRE.

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o *Código de Bom Governo*, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;

- grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o “*rating A*” da Standard & Poors;
- controlo automático dos cúmulos de risco.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- o manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- o manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- o manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, por cinco comités, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Estes comités, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité Técnico, que elaborará relatórios e propostas no âmbito da política de desenvolvimento dos produtos exclusivos e respetivos preços, a análise da suficiência das reservas, entre outras;

- Comité de Risco, que elaborará relatórios e propostas no âmbito da política de investimento e outras políticas de risco da Companhia, analisar o capital e solvência da Companhia, determinar e informar os Sócios sobre o trabalho realizado e as conclusões extraídas em relação à gestão do ativo e do passivo, entre outras relacionadas;
- Comité Comercial, que elaborará relatórios e propostas sobre o acompanhamento da evolução dos objetivos comerciais do Plano de Negócios da Companhia, a estratégia a curto, médio e longo prazo, o plano comercial, a disponibilidade de produtos, os canais de distribuição utilizados, os objetivos de retenção de carteira no que diz respeito aos produtos exclusivos, entre outros;
- Comité de Informática e Operações, que elaborará relatórios e propostas sobre questões operacionais da Companhia, prestadores de serviços, acordos de nível de prestação de serviços e investimentos em tecnologia, entre outros;
- Comité de Auditoria e Finanças, que elaborará relatórios e propostas sobre a supervisão do processo de relatórios financeiros e sistemas de controlo interno da Companhia, bem como das relações com os auditores externos.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2022.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

33.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- **A quantificação global da exposição aos riscos**

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

- **A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos**

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

- **O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos**

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

- **A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização**

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

- **Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional**

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Tendo em conta que a prestação de serviços pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., ocorreu no decorrer de 2021, apenas em 2022 foi possível realizar o apuramento dos índices de criticidade dos riscos operacionais:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2022	2021
Geral	61,07	
Desenvolvimento de produtos	59,00	
Emissão	66,97	
Sinistros	60,66	
Gestão Administrativa	56,99	
Atividades Comerciais	60,30	
Recursos Humanos	44,81	
Comissões	56,16	
Cosseguro/Resseguro	63,50	
Provisões Técnicas	52,09	
Investimentos	63,87	
Sistemas Tecnológicos	57,25	
Atendimento ao Cliente	62,77	

33.3. Gestão do risco de epidemia por COVID-19

Durante o ano em que convivemos com a pandemia provocada pela COVID-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio do Grupo MAPFRE, que foi transposto para a Companhia, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a operação da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a atual solvência da empresa, permitiu e permitirá, encarar com uma certa tranquilidade os cenários de stress que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

33.4. Gestão do risco inerente ao conflito na Ucrânia

Em resposta ao atual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros resultantes das sanções aplicadas; e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatórias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência do acima mencionado, em linha com o regularmente já desenvolvido, a Companhia encontra-se a realizar procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2023.

34 ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

A Companhia detém, no final de 2022, o valor de 598.557,00 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros. Este montante refere-se a uma única garantia prestada ao Gabinete Português de Carta Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de associada, nomeadamente, no que respeita ao artigo 26.º A. Ponto 1.

35 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Para além dos temas identificados nos pontos 32.3. e 32.4., não existem outros eventos subsequentes que devam ser divulgados.

36 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

36.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE Santander Portugal, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.

As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.

As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs: (a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; (b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); (c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e (d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

137%

Aumento do rácio de cobertura mínimo (MCR)

36.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE Santander Portugal, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: “A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento, em 7 de maio de 2021.

As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para: (i) a classificação e mensuração de ativos, (ii) passivos financeiros, (iii) uma metodologia da cobertura e (iv) novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

No que se refere a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, a norma passa a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

Relativamente ao risco de crédito de um ativo financeiro que não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4- Aplicação da IFRS 9- Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 - Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020) permite que uma empresa de seguros, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

A Companhia irá adotar esta norma em 1 de janeiro de 2023 simultaneamente com a norma IFRS 17 – Contratos de Seguro.

A esta data, a Companhia está a ultimar os impactos decorrentes da adoção desta norma. No entanto, considerando que a quase totalidade dos ativos da Companhia já está mensurada ao justo valor, os impactos esperados nos capitais próprios são reduzidos considerando as opções que a Companhia está a tomar no que respeita à classificação dos ativos.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB, emitiu em 18 de maio de 2017, uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a *performance* dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A IFRS 17 estabelece os princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Neste sentido, os contratos de investimento sem participação nos resultados e contratos de *unit linked* não são avaliados de acordo com os princípios da IFRS 17 e serão considerados no âmbito da IFRS 9, em linha com a abordagem considerada em ambiente de IFRS 4/IAS 39.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de agrupar os contratos de seguro com riscos similares e geridos em conjunto (unidades de conta). Decorrente da análise às carteiras de contratos de seguro, as unidades de conta para o ramo Não Vida foram definidas com base na visão de risco, o que implica a separação das componentes de seguro dos contratos. As unidades de conta para o ramo Vida foram definidas com base nas características implícitas aos contratos, nomeadamente, a tipologia de risco e a sua gestão. Para resseguro, o nível de agregação foi definido ao nível do tratado de resseguro.

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos e iii) restantes contratos em carteira. A onerosidade foi definida ao nível da unidade de conta sendo que cada uma é considerada onerosa ou rentável.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “*General measurement model*” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”) e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”).

Os grupos de contratos do ramo Não Vida foram mensurados de acordo o método PAA, uma vez que a maioria dos contratos tem um período de cobertura de um ano. Para os contratos residuais com período de cobertura superior a um ano foi realizado o teste de elegibilidade que comprovou a adoção do método PAA.

No caso do resseguro, todos os tratados têm duração de um ano, pelo que são elegíveis para o método PAA.

Para além disto, a IFRS 17 estabelece que o grupo de contratos apenas pode incluir contratos que distam até um ano, entre si. Neste sentido, para o grupo de contratos mensurados pelo método PAA, as unidades de conta foram desagregadas por ano de subscrição.

A IFRS 17 exige que uma entidade mesure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro.

A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.

Na transição para a IFRS 17 foi considerado a abordagem de retrospectiva total.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023. Da aplicação da IFRS 17 são expectáveis os seguintes impactos nos capitais próprios:

Da aplicação da IFRS 17 é expectável o maior impacto negativo nos capitais próprios, decorrente da aplicação da taxa de desconto às responsabilidades, com maior enfoque nas responsabilidades de longo prazo do ramo Acidentes de Trabalho.

36.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE Santander Portugal, S.A.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: (a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; (b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; (c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e (d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2024, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)

O IASB emitiu em setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação.

As alterações confirmam que:

- No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação.
- Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.

Um vendedor - locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.

As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.

De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Lisboa, 22 de março de 2023

Filipe Tempero

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Inês Oom Ferreira Sousa (representado por Armindo Alberto Bordalo Escalda)

Vogais

Armindo Alberto Bordalo Escalda

Alberto Axpe

Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro

Francisco del Cura Ayuso (representado por Armindo Alberto Bordalo Escalda)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

Anexo 2.1. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)*

Euros

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Custos com sinistros** montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros** em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	4.189.569,68	1.053.201,44	3.633.512,07	497.143,83
Acidentes e doença	421.900,30	42.144,09	305.579,11	(74.177,10)
Acidentes de trabalho	296.054,33	22.265,62	283.380,49	9.591,78
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	125.845,97	19.878,47	22.198,62	(83.768,88)
Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Incêndio e outros danos	348.603,37	144.897,82	267.648,30	63.942,75
Automóvel	3.418.377,18	863.090,71	3.058.685,69	503.399,22
Responsabilidade civil	3.188.667,50	720.990,33	2.993.539,51	525.862,34
Outras coberturas	229.709,68	142.100,38	65.146,18	(22.463,12)
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	0,00	1.755,09	(425,94)	1.329,15
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	688,83	1.313,73	2.024,91	2.649,81
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.189.569,68	1.053.201,44	3.633.512,07	497.143,83

* Valores à data de 31-12-2022

** Sinistros ocorridos no ano 2021 e anteriores

Anexo 2.2. Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)*

Euros

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros** montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros** em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	3.047.547,88	1.309.352,89	2.180.085,37	441.890,38
Acidentes e doença	391.906,23	111.984,58	275.907,29	(4.014,36)
Acidentes de trabalho	370.062,73	90.312,50	268.683,93	(11.066,30)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.642,00	21.672,08	7.223,36	7.253,44
Doença	201,50	0,00	0,00	(201,50)
Incêndio e outros danos	411.586,52	229.521,85	127.052,02	(55.012,65)
Automóvel	2.243.300,75	966.348,18	1.777.126,06	500.173,49
Responsabilidade civil	2.116.332,28	885.650,60	1.722.140,85	491.459,17
Outras coberturas	126.968,47	80.697,58	54.985,21	8.714,32
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	754,38	1.275,54	0,00	521,16
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	222,74	0,00	222,74
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.047.547,88	1.309.352,89	2.180.085,37	441.890,38

* Valores à data de 31-12-2021

** Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

Anexo 3.1. Discriminação dos custos com sinistros*

Euros

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro Direto	2.747.557,41	720.748,94	2.110.675,63	5.578.981,98
Acidentes e doença	60.833,19	22.763,93	(73.817,49)	9.779,63
Acidentes de trabalho	37.344,04	5.949,88	25.962,46	69.256,38
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	23.489,15	16.814,05	(99.779,95)	(59.476,75)
Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Incêndio e outros danos	305.705,47	132.426,88	298.021,27	736.153,62
Automóvel	2.380.163,90	547.339,13	1.857.590,23	4.785.093,26
Responsabilidade civil	1.472.840,49	339.080,82	1.852.020,18	3.663.941,49
Outras coberturas	907.323,41	208.258,31	5.570,05	1.121.151,77
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	854,85	12.031,00	13.146,99	26.032,84
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	6.188,00	15.734,63	21.922,63
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.747.557,41	720.748,94	2.110.675,63	5.578.981,98

* Valores à data de 31-12-2022

Anexo 3.2. Discriminação dos custos com sinistros*

Euros

Ramos/grupos de ramos	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro Direto	2.167.864,10	218.672,42	1.142.021,80	3.528.558,32
Acidentes e doença	150.460,11	29.273,94	29.994,07	209.728,12
Acidentes de trabalho	64.504,86	13.119,39	(74.008,40)	3.615,85
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	85.955,25	16.154,55	104.203,97	206.313,77
Doença	0,00	0,00	(201,50)	(201,50)
Incêndio e outros danos	370.411,78	84.098,08	(2.983,15)	391.526,71
Automóvel	1.646.992,21	102.648,63	1.175.076,43	2.924.717,27
Responsabilidade civil	1.156.284,08	90.737,57	1.072.335,22	2.319.356,87
Outras coberturas	490.708,13	11.911,06	102.741,21	605.360,40
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	0,00	1.408,00	(754,38)	653,62
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	1.243,77	688,83	1.932,60
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.167.864,10	218.672,42	1.142.021,80	3.528.558,32

* Valores à data de 31-12-2021

Anexo 4.1. Discriminação de alguns valores por ramos*

Euros

Ramos/grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos **	Custos e gastos de exploração brutos **	Saldo de resseguro
Seguro Direto	6.885.305,06	5.914.769,44	5.578.981,98	1.447.736,71	(80.408,47)
Acidentes e doença	291.061,57	290.956,66	9.779,63	93.837,57	(73.396,91)
Acidentes de trabalho	83.326,83	63.667,98	69.256,38	18.143,71	(34.166,85)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	207.734,74	227.288,68	(59.476,75)	75.693,86	(39.230,06)
Doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incêndio e outros danos	1.039.755,80	983.480,99	736.153,62	239.178,79	(177.558,20)
Automóvel	5.349.777,48	4.474.835,50	4.785.093,26	1.060.634,46	198.061,24
Responsabilidade civil	3.244.615,98	2.705.604,46	3.663.941,49	682.471,84	364.609,41
Outras coberturas	2.105.161,50	1.769.231,04	1.121.151,77	378.162,62	(166.548,17)
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	139.788,45	109.363,58	26.032,84	29.211,25	(27.514,60)
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	64.921,76	56.132,71	21.922,63	24.874,64	0,00
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.885.305,06	5.914.769,44	5.578.981,98	1.447.736,71	(80.408,47)

* Valores à data de 31-12-2022

** Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4.2. Discriminação de alguns valores por ramos*

Euros

Ramos/grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos **	Custos e gastos de exploração brutos **	Saldo de resseguro
Seguro Direto	4.239.187,35	3.456.144,85	3.528.558,32	1.524.459,21	(623.865,22)
Acidentes e doença	290.145,15	316.697,28	209.728,12	287.368,16	62.756,91
Acidentes de trabalho	43.446,99	47.431,36	3.615,85	97.091,62	(3.149,25)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	246.698,16	269.265,92	206.313,77	190.276,54	65.906,16
Doença	0,00	0,00	(201,50)	0,00	0,00
Incêndio e outros danos	830.284,02	787.991,78	391.526,71	465.701,16	(297.282,14)
Automóvel	3.061.327,39	2.325.584,32	2.924.717,27	741.086,51	(383.054,48)
Responsabilidade civil	1.782.744,33	1.297.131,21	2.319.356,87	554.487,67	(136.825,34)
Outras coberturas	1.278.583,06	1.028.453,11	605.360,40	186.598,84	(246.229,14)
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	24.496,71	9.694,38	653,62	18.874,20	(2.447,54)
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	32.934,08	16.177,09	1.932,60	11.429,18	(3.837,97)
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.239.187,35	3.456.144,85	3.528.558,32	1.524.459,21	(623.865,22)

* Valores à data de 31-12-2021

** Sem dedução da parte dos resseguradores



05

Certificação legal das contas e relatório e parecer do conselho fiscal



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 16.545.777,31 euros e um total de capital próprio de 6.175.759,87 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 470.026,42 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



Provisão para Sinistros – Outros ramos (excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (6.107.095,67 euros))

Em 31 de dezembro de 2022, a Provisão para sinistros, no valor de 6.107.095,67 euros, representa cerca de 59% do Passivo à mesma data, conforme nota 10 às demonstrações financeiras.

O Risco	A nossa resposta ao risco identificado
A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos: <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.	<ul style="list-style-type: none">▪ Realização de testes que compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>) na estimativa do valor da provisão para sinistros;
Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.	<ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;▪ Realização de uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores;▪ Avaliação da informação produzida pela área de atuariado da Entidade;▪ Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

2



Provisão para Sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (pensões) (193.149,64 euros)

Em 31 de dezembro de 2022, do montante da Provisão para Sinistros, 193.149,64 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 10 às demonstrações financeiras da Entidade representando cerca de 2% do Passivo à mesma data.

O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado dos ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada dos ativos, incluindo as taxas de reinvestimento;
- Avaliação da informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliação da adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

3



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

4



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

5



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de outubro de 2020 para auditar o ano de 2020 e completar o mandato que termina em 2021. Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de abril de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de março de 2023.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

6



28 de março de 2023

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes
(ROC n.º 1581 e registado na CMVM com o n.º 20161191)

Mapfre Santander Portugal SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

Senhores Acionistas

1. No âmbito legal e geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da Sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas sucessivamente pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018, pela lei 7/2019, pela lei 27/2020, pela lei 58/2020, pelo decreto-lei 84/2020, e pelo decreto-lei 56/2021, tendo em conta as disposições legais pertinentes e relativas às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e como a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores que esta tem, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mapfre Santander Portugal SA**, tudo relativamente ao **exercício findo em 31-12-2022**.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas na Assembleia Geral que aprovou as contas de 2021, para o período 2022-2025, mas só entraram em funções depois de 9-8-2022, que é a data da respetiva aceitação para registo pela ASF.
3. O Conselho Fiscal, na configuração anterior, reuniu pela última vez em 22-7-2023.
4. O Conselho Fiscal tomou agora em conta quanto antes recebeu como documentos relativos ao exercício de 2021, ao relatório ORSA 2021, e às atas do Conselho Fiscal, na conformação anterior, com os números 63 a 67.
5. O Conselho Fiscal, na sua atual conformação, analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu Diretor Financeiro e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal, de junho, de setembro, de novembro e de dezembro de 2022, e ainda as informações preliminares do final de 2022 e do início de 2023, relativas já a todo o exercício de 2022 ou à sua projeção.
6. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração, em 21-7-2022, logo depois da

Mapfre Santander Portugal SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

reunião do Conselho Fiscal de 19-7-2022, o designado Relatório ORSA (“Own Risk and Solvency Assessment”), referido a 30-6-2022, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA que se referirá a 31-12-2022.

7. O Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório da Actuarial de 10-2-2023, relativo ao “seguimento das provisões para sinistros a 31 de dezembro de 2022”.

8. O Conselho Fiscal realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o Administrador Delegado e, pelo menos, também com o mencionado Diretor Financeiro, em 8-11-2022 e em 15-12-2022. Realizou reuniões próprias em cada uma daquelas oportunidades e ainda em 16-3-2023, tudo sobre o exercício de 2022. Reuniu ainda nesta data de 29-3-2023, também telematicamente, para aprovar o relatório e o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas de 2022.

9. Nas reuniões de 15-12-2022 e de 16-3-2023, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas, e tendo-se analisado ainda, expressamente, os temas, as operações mais relevantes para as contas do exercício de 2022 e para a atividade da Sociedade, e também a evolução do plano específico de desenvolvimento da Sociedade, na sua nova configuração societária.

10. O Conselho Fiscal recebeu da Sociedade, analisou e discutiu com o seu Administrador Delegado e Diretor Financeiro, antes de todas as peças relativas às contas do exercício de 2022, pelo menos: “Informe de “Relatório ORSA”, de 30-6-2022, “Informe de gestión” de junho de 2022, “Informe de gestión” de setembro de 2022, “Informe de gestion” de novembro de 2022, e ainda a apresentação ao Conselho Fiscal sobre o encerramento de 2022, de 16-3-2023.

11. O Conselho Fiscal recebeu da KPMG, e depois analisou e discutiu em reunião de 15-12-2022, o “Relatório para o Conselho Fiscal – Planeamento auditoria, de 31-12-2022”.

12. O Conselho Fiscal recebeu ainda, e apreciou favoravelmente em 19-1-2023, a comunicação legal sobre prestação de serviços distintos da auditoria.

13. O Conselho Fiscal recebeu também, em 10-3-2023, e analisou depois devidamente em 16-3-2023, com o Administrador delegado, com o Diretor Financeiro, e com os representantes da Auditora KPMG, em versões preliminares, o Relatório de Gestão 2022 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2022 e o Balanço em 31-12-2022, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações

Mapfre Santander Portugal SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

Financeiras, e ainda o relatório da Actuarial sobre as provisões para sinistros.

14. Na reunião de 16-3-2023, o Conselho Fiscal recebeu do Diretor Financeiro e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2022, ao relatório da Actuarial sobre as provisões para sinistros, e ao projeto de relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2022.

15. No decurso da reunião de 16-3-2023, nos termos que resultam do próprio projeto de relatório da mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal; não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2022; foram novamente dadas informações sobre as dificuldades e sobre as perspetivas da parceria societária com o Banco Santander na área dos seguros; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

16. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pela administração e pela direção financeira da Sociedade e pela KPMG.

17. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2022, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e sobre a sua continuidade, e designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Santander Portugal SA, sobre as respetivas bases técnicas e sobre as bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevante.

18. O Conselho Fiscal teve ainda oportunidade de aceder regularmente à informação sobre alguns indicadores do mercado, nos sucessivos Relatórios de Evolução da Atividade Seguradora, preparados e divulgados pela ASF, aos comunicados e propostas do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros,

Mapfre Santander Portugal SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

bem como a diversos documentos técnicos da EIOPA publicados em 2022, entre os se encontram as sucessivas versões do “risk dashboard” da atividade seguradora, e de outras entidades nacionais e internacionais de referência.

19. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatório ORSA”, de 30-6-2022, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), permite concluir que a Sociedade se pode ter por resiliente, ainda que lhe incumba fazer esforços suplementares.

20. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, como agora realça, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade e dos auditores a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmado o esforço da Sociedade para superar em 2023 todos os desafios que se lhe apresentam e apresentem.

21. O Conselho Fiscal recebeu em 27-3-2022, a “carta de representação” do Conselho de Administração, dirigida à KPMG, e todas as peças relativas às Contas de 2022.

22. E recebeu da KPMG, também em 27-3-2023, o Relatório de Auditoria devidamente assinado acompanhado da declaração da sua independência.

23. O Conselho Fiscal recebeu em 28-3-2023 a detalhada Certificação Legal das Contas, sem que este documento apresente ou sugira novas informações, ou reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

24. Tendo em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu **parecer** e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Santander Portugal em 2022.

25. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação regular e especial recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2022, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2022, e dão uma imagem verdadeira e apropriada dos resultados, do ativo e do passivo, e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2022.

Mapfre Santander Portugal SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2022

26. O que se sabe e o que se prevê não afeta de nenhuma maneira a apreciação favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2022, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2022, de ter ainda como favorável, de molde a que a Sociedade possa superar os resultados negativos transitados, possa superar positivamente os seus próprios desafios, e possa enfrentar os desafios do mercado, no seu contexto sempre complexo.
27. Tendo em conta quando diz e quanto fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2022;
 - Aprove as Contas relativas ao exercício de 2022 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
 - Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de que o resultado líquido do exercício negativo no montante de 470.026,42 euros**, (quatrocentos e setenta mil e vinte e seis euros e quarenta e dois cêntimos) **seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados tendo em vista a sua recuperação futura;**
 - Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 29 de março de 2023

José Ferreira Machado, presidente

Assinado por: **José António Ferreira Machado**
Num. de identificação: 04872671
Data: 2023.03.29 17:41:07 +0100

Luís Filipe Caldas, vogal

Assinado de forma digital por **Luís Filipe Caldas**
Dados: 2023.03.29 15:20:06 +01'00'

João Sobral do Rosário, vogal

Assinado por: **João Francisco Baptista Colaço Sobral do Rosário**
Num. de identificação: 10323543
Data: 2023.03.29 15:51:30+01'00'

José Gabriel Chimeno, vogal suplente

Assinado por: **Jose-Gabriel Chimeno Casero**
Num. de identificação: 31936717
Data: 2023.03.29 17:19:23+01'00'

Notas:

Relatório e Parecer aprovado em reunião telemática do Conselho Fiscal de 29 de março de 2023.

Assinado digitalmente





RELATÓRIO E CONTAS 2022
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL –
COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS, Portugal

www.mapfresantander.pt

Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.

   [choice.pt](https://www.choice.pt)